



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

VICTÓRIA RÉGIA DOS SANTOS LIMA

**SÚPLICAS FEMININAS: CLAMOR E CARIDADE EM TERESINA
DURANTE A GRANDE SECA (1877-1879)**

PICOS, PI.
2021

VICTÓRIA RÉGIA DOS SANTOS LIMA

**SÚPLICAS FEMININAS: O CLAMOR E A CARIDADE EM TERESINA DURANTE A
GRANDE SECA (1877-1879)**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro.

PICOS, PI.
2021

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros
Biblioteca Setorial José Albano de Macêdo
Serviço de Processamento Técnico

S725s Lima, Victória Régia dos Santos
Súplicas femininas: o clamor e a caridade em Teresina durante a grande seca (1877-1879) / Victória Régia dos Santos Lima – 2021.

Texto digitado

Indexado no catálogo *online* da biblioteca José Albano de Macêdo-
CSHNB

Aberto a pesquisadores, com as restrições da biblioteca

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Piauí, Licenciatura Plena em História, Picos-PI, 2021.

“Orientador: Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro”

1. Seca-Piauí. 2. Resistência-mulheres. 3. Assistencialismo. I. Monteiro, Francisco Gleison da Costa. II. Título.

CDD 305.409

Maria José Rodrigues de Castro CRB 3: CE-001510/O



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
(X) Monografia
() Artigo

Eu, Victoria Régia dos Santos Lima,
autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
Súplicas Femininas: o clamor e a caridade em
Teresina durante a grande seca (1877-1879)
de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 29 de março de 2021

Victoria R. dos Santos Lima
Assinatura

Assinatura



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros
Coordenação do Curso de Licenciatura em História
Rua Cícero Duarte N° 905, Bairro Junco CEP 64600-000 – Picos-Piauí
Fone: (89) 3422 2032 e-mail: coordenacao.historia@ufpi.br

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos vinte e nove (29) dias do mês de janeiro de 2021, no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí, por meio da plataforma digital Google Meet, reuniu-se a Banca Examinadora designada para avaliar a Defesa de Monografia de **VICTÓRIA RÉGIA DOS SANTOS LIMA** sob o título: **SÚPLICAS FEMININAS: CLAMOR E CARIDADE DURANTE A GRANDE SECA EM TERESINA (1877-1879)**.

A banca constituída pelos professores:

Orientador: Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro
Examinador 1: Prof. Ms. José Lins Duarte
Examinador 2: Prof. Ms. Cássio de Sousa Borges

Deliberou pela aprovação do (a) candidato (a), tendo em vista que todas as questões foram respondidas e as sugestões serão acatadas, atribuindo-lhe uma média aritmética de 10,0.

Picos (PI), 29 de janeiro de 2021.

Orientador (a): *Francisco Gleison da Costa Monteiro*
Examinador (a) 1: *José Lins Duarte*
Examinador (a) 2: *Cássio de Sousa Borges*

AGRADECIMENTOS

Concluir este curso é a realização de um sonho. Sonho desejado não só por mim, mas também pela minha família e amigos. Costumo ouvir que o desenvolvimento de uma pesquisa é algo solitário, o que de fato não é uma inverdade completa, no entanto durante toda a minha trajetória acadêmica e na construção deste trabalho, tive ao meu lado sujeitos que me deram força e motivação para dar o melhor de mim e continuar prosseguindo em busca daquilo que almejo. Sujeitos que merecessem as minhas singelas palavras de agradecimento e gratidão.

A minha gratidão maior é para aquele que primeiro me amou, o Deus da minha vida, a quem eu devo todo o meu amor, gratidão e obediência. Sem teu auxílio, Deus, eu não teria construído este trabalho, sei que cada palavra aqui escrita tem o toque de tuas mãos. Sei que cada realização em minha vida foi gestada em teu coração, e mesmo aquelas em que a minha capacidade humana não me permitiu realizá-las serviram de crescimento humano e muitas vezes espiritual. A ti o meu louvor e gratidão!

Não posso deixar de agradecer e aqui mencionar a minha Mãezinha do Céu, aquela em que eu humildemente consagrei a minha vida. Quero aqui consagrar a Ti este trabalho como oferta simples do meu amor e devoção. Pelos cuidados e intercessão, minha humilde e fiel devoção! Peça fundamental nessa trajetória foi a presença da minha família, que sempre se dispuseram a estar ao meu lado, buscando junto comigo a concretização dos meus sonhos.

À minha mãe, Francisca Maria, por ser a minha maior incentivadora e inspiração. Por todo esforço realizado para que eu pudesse estar aqui concluído este curso. Tenho consciência que foram quatro anos e meio difíceis, mas a senhora sabiamente soube contornar todas as adversidades, sempre colocando a mim e meus irmãos em primeiro lugar. Obrigada por tudo, Mainha, sem a senhora nada disso teria acontecido, suas palavras até mesmo aquelas que não foram ditas, mas que eram reveladas em teus abraços e olhares me fizeram prosseguir.

Ao meu pai, Victor, por ser o humano mais engraçado e maluquinho do mundo inteirinho, por retirar do meu interior toda tristeza e desanimo, por me encorajar a ser uma mulher forte e destemida, por me ensinar a viver na simplicidade e enxergar na família a maior fonte de amor, paz e alegria. Painho, o senhor é uma pessoa tão singular que desperta os melhores sentimentos das pessoas, o mundo precisa de mais pessoas como o senhor.

Me orgulho em tê-los como pais, poder trilhar a estrada da vida de mãos dadas com vocês me enche de alegria. Obrigada pelos ensinamentos, por todo o cuidado e incentivo. Amo vocês!

Ao meu irmão, Victor Júnior, por todas as risadas, principalmente por ter me proporcionado uma infância divertidíssima. Sempre que eu estava triste buscava entre as minhas lembranças momentos engraçados, e você estava presente na maioria deles. Foi na distância que percebi o quão grande é o meu amor por você, mesmo não estando fisicamente junto a mim, te levei comigo em todos os momentos. Obrigada pela presença, cuidado e incentivo! Mas principalmente pelo presente mais lindo da nossa vida, a nossa Maria.

Mariazinha, a “Titia Pequena” é imensamente grata pela tua existência. Tu não tens noção do quanto a tua voz era o que mais me acalmava, os áudios que me mandava eram reconfortantes. Se busco ser alguém melhor é porque quero ser um bom exemplo para você. Obrigada por mesmo sem compreender, ter sido a minha fonte de força!

A minha irmã, a minha pessoa, a minha companheira de vida, Vívian Raquel. Eu tenho tanto a te agradecer, pelo companheirismo, paciência, cuidado, incentivo, afeto e proteção. Tu és parte fundamental de cada passo que dou. Te agradeço por dividir comigo o amor pela docência, por Deus e pela igreja, por compartilhar comigo a vida e o desejo de ver esse mundo transformado por meio da educação. Pelo incentivo, pelas vezes que você me ajudou a estudar, bem como pelas leituras e correções ortográficas dos meus trabalhos, inclusive esse TCC. Sem você eu não conseguiria prosseguir, quando eu não conseguia produzir era os teus abraços que me faziam acreditar que eu podia ir além, que eu posso ir além. É você e eu para sempre. Obrigada!

A essa trupe que me faz sentir que posso tudo. Amo vocês e o que nós somos! Obrigada por tudo!

Não poderia deixar de agradecer aos meus avós paterno, Pai Zé Costa e a minha Mãe Tatal (In Memória), aos meus avós materno, Vô Jonas e Vó Assunção (In memoria), pelo amor que vocês me ofereceram, pelos abraços, dengo, apoio e incentivo. Meu obrigada!

Agradeço aos meus tios, tias, padrinhos e madrinhas pelo incentivo constante, pela ajuda com a minha mudança para Picos. De modo especial, a Madrinha Raimunda, Madrinha Santa, Tia Raynilda, Tia Netinha, Tio Miguel e Tio Joatan. Muito obrigada!

De maneira muito especial quero agradecer a uma pessoa responsável por eu ser a pessoa que sou hoje, e que infelizmente não estará fisicamente comigo para comemarmos essa vitória. Tia Deuselina, não há um só dia em que eu não pense em você, em que eu não chore pela sua ausência, pela falta do teu cuidado, do teu cheiro... muitas vezes a senhora nem entendia o que estava acontecendo, mas sempre esteve ao meu lado comemorando cada vitória, por menor que fosse, sempre me incentivando a ser melhor. Muito obrigada pela criação que a

senhora me deu, por ter sido minha segunda mãe, por todo amor e cuidado. Amarei a senhora eternamente!

Agradeço a todos os meus primos pelo nosso laço de afeto, a Jaqueline, Gaby e Mayara. Obrigada pelo companheirismo, risadas, conselhos, brincadeiras e todo o afeto. De modo especial, agradeço a Valéria por sempre se propor a ajudar, a aconselhar, e sobretudo acreditar que eu sou capaz. Sonho com o dia em que além de primas e amigas, dividiremos também a profissão. Você me inspira!

As minhas crianças que são o meu ponto de paz e me ensinam o quanto é valioso uma educação familiar que tenha como alicerce o amor e união. A Laiza, Luana Maia, Lara Maria e João Pedro.

Não posso deixar de agradecer a minha segunda família. Aquela que por opção eu escolhi fazer parte, a “minha Jerusalém”, o meu Grupo de Oração. Foi no GONES onde eu tive a oportunidade de olhar para dentro de mim mesma e contemplar o dom da minha existência. Gratidão a todas as pessoas que o grupo de oração me permitiu conhecer, de modo singular, à Tia Izete e Tia Toinha, pelo cuidado, orações e carinho.

Foi nesse local de intenso cuidado e amor que uma parte significativa da minha vida foi sendo construída, “as meninas da varoagem” nasceu do nosso amor por Jesus e pelo desejo de voltarmos para casa. Martina, Dany, Luana e Ângela vocês foram a melhor surpresa que a vida me deu. Agradeço por estarem sempre pertinho de mim, mesmo quando a distância física nos afastava, pelas orações, afeto e todo o companheirismo. Vocês são as melhores! A Lohayne, por ter sido peça fundamental na minha trajetória acadêmica. Você não tem noção do quanto a tua presença foi importante na minha caminhada pela História. Todo o teu cuidado comigo foi essencial para que eu não desistisse do curso durante os primeiros períodos. Foi tu quem me acompanhou no primeiro dia de aula, me levou ao RU, me ensinou a usar a biblioteca, me ajudou a pegar ônibus, me ajudou a estudar, me deu dicas sobre a forma de avaliação dos professores, me tranquilizou nos dias de seminários e provas, foi o meu refrigerador durante os dois primeiros anos de graduação, e mesmo depois de não estar mais fisicamente próximo a mim, continuou a me ajudar. O que seria do meu IRA se não fosse tua ajuda em África, América e Teoria, o que seria da minha vida sem a tua irmandade. Você era a única família que eu tinha em Picos e cada abraço foi essencial para que eu não largasse tudo e voltasse para casa. Obrigada por tudo! Vocês são o cuidado de Deus em minha vida!

Ao Tiago, por todos os momentos juntos, por ter sido o meu companheiro no último ano, por ouvir as minhas reclamações, me acalmar quando eu ficava aflita, por acreditar no meu

potencial e me incentivar a buscar os meus sonhos, por segurar a minha mão, pelo companheirismo, paciência e afeto!

Ao Natan, meu amigo que tão docemente preocupa-se comigo, que mesmo distante se faz tão presente. Muito obrigada!

A Paula Magda, Erick Leal e Esdras por todo o carinho, atenção, cuidado e amizade. Obrigada por tudo!

Durante a graduação conheci pessoas que carregarei para sempre no meu coração, mesmo que nos afastemos fisicamente. Maria Gabriela, a minha duplinha, quem intensamente dividiu todas as angústias e alegrias que a graduação proporcionou. Foi a minha parceira de provas, trabalhos, viagens, pesquisa, ensino e extensão, em tudo você me acompanhou, e ajudou. Tudo foi mais leve e divertido com você. Obrigada pelo elo que construímos!

A Raquel, que apesar de ter nos abandonado ainda no terceiro período, foi alguém que esteve comigo desde o primeiro dia de aula. Foi a minha parceira de reclamação e de cochilos nos corredores, foi o meu trio, junto a Gaby.

Ao melhor grupo de seminário, Luma, Rômulo, Matheus, Ramon e Gabriela, esses momentos tensos se tornaram mais agradáveis com vocês. Obrigada pelas leituras, risadas e todo o incentivo!

Ao Edson, Jeferson e Rodrigo por serem muito mais que colegas de sala. Obrigada pelas conversas e incentivo!

Agradeço ao Núcleo de Pesquisa e Documentação em História- NUPEDOCH, foi nesse núcleo onde eu senti na prática pela primeira vez o que é ser historiador, além de ter sido nas atividades do núcleo onde eu descobri a paleografia.

Ao Programa Residência Pedagógica, por proporcionar meu primeiro contato com a docência.

Ao meu orientador, Professor Dr. Gleison, por ter confiado no meu potencial, ter me dado a oportunidade de adentrar no mundo da pesquisa, pelas indicações de leituras e correções. Sei que, em grande medida, o resultado aqui apresentado só foi possível por conta da liberdade que o senhor me deu em andar com as minhas próprias pernas, em buscar as minhas próprias leituras e ter o total domínio dos caminhos que a minha escrita iria percorrer. Muito obrigada!

A todos os professores que eu já tive na minha caminhada de estudante, principalmente aqueles em que tive a sorte de conviver e fizeram brotar em mim o desejo pela docência, em especial a Tia Rosa (in memoria) por fazer dos meus dias na escola menos exaustivos, mais alegres e leves, por me ensinar a ler e despertar em mim a paixão pelo ambiente escolar. Sei que se pudesse estar comigo nesse momento de conclusão de curso, se orgulharia.

A todos os professores que encontrei na graduação, por me ensinarem tanto, e colocarem em prática uma educação que respeita as limitações dos alunos, por serem compreensíveis e altamente competentes.

A todos os alunos que tive durante o estágio e a RP, vocês foram os meus pupilos e a confirmação do caminho que quero seguir. A todos meu obrigada e sincera gratidão!

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. [...] elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história. (PERROT, 2006, p.212)

RESUMO:

A seca de 1877-79 conhecida como a grande seca, trouxe para o sertão nordestino novas estruturas econômicas e sociais, durante este triênio a migração tornou-se fato corriqueiro entre as províncias do Norte. Neste contexto a província do Piauí tornou-se uma rota de fuga para os migrantes, tornando-se lar para milhares de sertanejos que buscavam melhores condições de sobrevivência. Da multidão de migrantes que chegavam à província do Piauí, destaca-se uma quantidade de mulheres que se encontravam numa dinâmica social excludente, e que, portanto, deveriam formular mecanismos próprios de sobrevivência. A partir disso, tem-se neste trabalho como principal inquietude, perceber as ações de resistência feminina durante a seca de 1877-1879 no Piauí, focando nas narrativas das Mães da Seca. Mulheres que escreviam ao poder público clamando auxílio para si e a sua família. Para alcançar o nosso objetivo, utilizamos como fontes primárias as petições enviadas pelas Mães da Seca, e os requerimentos das Comissões de Socorros Públicos ao Presidente provincial. Após a transcrição, análise e interpretação dessas fontes, aliados à bibliografia base, Maria Mafalda Balduino Araújo, Tyrone Apollo e Joan Scott foi possível percebermos que o clamor as autoridades era uma segunda via de resistência e sobrevivência.

Palavras chaves: Seca; Piauí; Resistência; Mulheres; Assistencialismo.

ABSTRACT:

The drought of 1877-79 known as the great drought, brought to the northeastern hinterland new economic and social structures, during this triennium migration became a commonplace among the northern provinces. In this context, piauhy province had become an escape route for migrants, becoming home to thousands of sertanejos seeking better survival conditions. From the multitude of migrants arriving in the province of Piauí, there are a number of women who were in an exclusionary social dynamic, and who, therefore, should formulate their own survival mechanisms. From this, this work is the main concern to perceive the actions of female resistance during the drought of 1877-1879 in Piauí, focusing on the narratives of the Mothers of Drought. Women who wrote to the government claiming help for themselves and their family. To achieve our goal, we use as primary sources the petitions sent by the Mothers of Drought, and the requirements of the Public Relief Commissions to the Provincial President. After the transcription, analysis and interpretation of these sources, allied to the base bibliography, Maria Mafalda Baldoino Araújo, Tyrone Apollo and Joan Scott it was possible to realize that the outcry the authorities was a second route of resistance and survival.

Key words: Dry; Piauí; Resistance; Women; Welfare.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I	25
AQUARELA NORDESTINA: A SECA E A NORDESTINIZAÇÃO.	25
1.1 A iminência da grande seca: o olhar nacional para o Norte	27
1.2 Teresina na aurora da grande seca	32
CAPÍTULO II.....	36
“UMA DEMÃO DE TINTA”: AS POLÍTICAS ASSISTENCIALISTAS IMPLEMENTADAS PELO GOVERNO.....	36
2.1 Os desvalidos e as medidas de socorros	36
2.2 Medidas de controle: O trabalho contra a ociosidade	43
CAPÍTULO III	48
A PINCELADA FINAL: AS MÃES DA SECA E A RESISTÊNCIA FRENTE ÀS EXPLORAÇÕES DA ELITE.....	48
3.1. As Mães da Seca: o clamor e a caridade como tática de sobrevivência	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS E FONTES.....	61

INTRODUÇÃO

Os períodos de seca durante muito tempo foram um importante definidor das características geográficas da região Nordeste, sendo o responsável também por concentrar o olhar das autoridades locais e nacional e por levantar uma discussão acerca da situação social desta vasta região brasileira. As estruturas econômicas, políticas e sociais foram sendo moldadas de acordo com os longos períodos de estiagem, que resultaram em um cenário de miséria, fome e até mesmo morte, levando a milhões de Nordestinos a se lançarem na difícil estrada da migração.

Olhar para a região Nordeste foi indubitavelmente, durante muito tempo, e infelizmente se perpetua até os dias de hoje, pensar na escassez de água, na miséria, epidemias e mortes. Foi essa a imagem “inventada” dessa região que possui uma pluralidade de riquezas, seja no seu aspecto econômico, social ou cultural. Essa imagem desenhada pelas manchetes de jornais e até mesmo na literatura se torna problemática na medida que compreendemos a pluralidade e a heterogeneidade da região Nordeste, quando percebemos que todas as suas outras características naturais foram anuladas pela seca, que apesar de ser um fenômeno bem presente na realidade dos nordestinos, não é algo perene, portanto, não deveria caracterizar uma região tão vasta.

Durval Muniz de Albuquerque Júnior (1996), afirma que os aspectos inferiores atribuídos ao Nordeste são consequências da “invenção” do Nordeste e não as causas, gerando assim uma imagem de inferioridade, sendo sustentada pelas relações de poderes e de saber que se produzem e reproduzem através da incitação à discriminação sofrida pela região, que se sustentam em práticas econômicas e culturais. A superação do discurso e da imagem criada do Nordeste/nordestino miserável e os estereótipos a eles designados passa pelo entendimento das relações de poder e de saber que produzem estas imagens, devemos suspeitar que somos agentes da nossa própria exploração, uma vez que estamos dentro do processo.

A seca alterou significativamente as estruturas sociais e políticas do sertão nordestino, trouxe uma nova maneira de se relacionarem com o meio em que viviam, em busca de sobrevivência e aumentando o jogo de interesses da elite dominante. Os meios assistenciais prestados pelo governo central e provincial, na medida em que davam aos migrantes e flagelados um leve sentimento de alívio, proporcionavam uma relação desigual e exploratória por parte da elite. A seca foi durante muito tempo sendo manipulada pela política coronelista que culpabilizavam apenas a natureza como a responsável pelas mazelas sociais que atingiam

os nordestinos, silenciando a dominação fundiária e política que influenciaram de sobremaneira a estrutura desigual vigente.

A criação das comissões de socorros veio como uma maneira de dar subsídios para os flagelados, mas apresenta uma dualidade quanto a sua atuação, pois na medida em que proporcionavam condições de sobrevivência para os pobres e desvalidos, beneficiavam os grandes proprietários de terra reforçando assim a estrutura latifundiária, criando dessa maneira a indústria da seca, conceito formulado por Antônio Calado,¹ que se refere a teia de interesses criadas em torno dessa tradicional calamidade social brasileira. O surgimento dessa indústria se deu pelo favorecimento aos grupos que enriqueceram às custas dos abusos que aconteciam nas frentes de trabalho.

A intervenção do governo imperialista se deu, como já sabemos, de caráter assistencialista, sob a forma de distribuição de gêneros alimentícios e medicamentos, através das Comissões de Socorros Públicos. A primeira intervenção do Império aconteceu em 1853, através da comissão de exploração, que defendia a criação de açudes para a armazenagem de água. No entanto, a iniciativa de assistencialismo foi falha. As comissões de socorros foram acusadas de vários desvios de verbas e mercadorias.

Nesse cenário, as províncias do atual Nordeste viam sua estrutura econômica se adequar a realidade existente, assim um importante conceito, que foi estabelecido durante o período de escassez, principalmente na província do Ceará, caracteriza a economia posta em prática nesse momento, o “modelo paternalista de mercado”² ou simplesmente economia moral, ou seja, o mercado deveria se dar de forma direta do produtor para o consumidor. É um mercado local e regional, derivado de uma economia de subsistência, de forma que os alimentos devem ser comercializados e consumidos na região em que foram produzidos.

Diante a problemática da seca que atingiu todo o Norte (atual região Nordeste), o Piauí não se manteve intacto as mazelas sociais oriundas desse fenômeno que, bem mais do que um fenômeno natural, elenca características de um fenômeno social. Dado o contexto da grande seca, a migração tornou-se um importante meio de sobrevivência para os sertanejos que saíam dos seus locais de origem em busca de melhores condições, neste ínterim a província do Piauí foi uma importante rota de fuga para os migrantes, mesmo sendo um território que também sofria com a seca e as mazelas trazidas por este evento. Da multidão de flagelados que chegaram

¹ CALLADO, Antônio. Os industriais da seca e os Galileus de Pernambuco. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960.

² Conceito exposto por Maria Mafalda Balduino no livro (Des) medidos: a revolta dos quebra-quilos (1874-1876).

nas terras piauienses, destacam-se uma quantidade de mulheres que escreviam às autoridades reivindicando alimentos, medicamentos e roupas para suas numerosas famílias. Assim, uma rede de solidariedade foi criada em torno da seca, buscando amenizar as mazelas, principalmente sociais, provenientes dessa catástrofe.

Dentro dessa perspectiva, buscamos neste trabalho analisar as ações assistencialistas prestadas pelo governo imperial e provincial, dando ênfase aos requerimentos enviados pelas comissões de socorros públicos aos presidentes provinciais no intervalo de tempo entre 1877 a 1879, problematizando as principais necessidades, as condições dos flagelados descritas nas cartas e as ações empreendidas pelas Comissões. Como enfoque principal nos debruçamos sobre as narrativas escritas pelas Mães da Seca, percebendo as condições sociais que essas mulheres estavam submetidas, suas ações frente às adversidades vivenciadas em decorrência da seca, as enxergando como construtoras de maneiras próprias de resistirem à estiagem e a exploração da elite, olhando para essas personagens como construtores da sua própria história.

A escolha da temática de um trabalho de conclusão de curso é algo que demanda uma aproximação com o tema a ser estudado, pois necessita de uma extensa carga teórica e dedicação, desta forma, a escolha pelo tema aqui tratado se deu a partir da minha participação no projeto de Iniciação Científica Voluntária- ICV, intitulado Pobres e desvalidas: clamor e caridade nas súplicas das mães da seca no Piauí (1877- 1879), orientado pelo Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro, no ano de 2018. A participação em tal projeto nos permitiu entrar em contato com as fontes aqui trabalhadas. A partir do trato com as fontes foi possível estabelecer um caminho mais concreto para esta pesquisa buscando responder a alguns questionamentos.

O presente trabalho se justifica na medida em que a seca de 1877-1879 suscitou uma efetiva ação governamental em torno do Nordeste, momento que marca uma mudança nas estruturas sociais e econômicas da região, o que causava um grande descontentamento na elite, que viam nos migrantes um empecilho para a construção de uma cidade de “belle époque”. Dessa maneira, o estudo pautado nas cartas das Comissões de Socorros Públicos nos permitirá reconstruir as ações de caridade mantidas pelo governo na província do Piauí, que apesar de prestarem auxílio aos pobres e migrantes, também atendiam as demandas das elites, favorecendo-as quando convinha.

O tema em questão se faz pertinente, uma vez que o debate em torno da seca sempre privilegia a visão masculina no enfrentamento das estiagens, mas este trabalho tem como abordagem principal o papel desempenhado pelas mulheres, mães de famílias da província do Piauí perante as ausências dos seus provedores, e as suas ações como meios de sobrevivência

em um ambiente completamente pobre e desigual. Dado o contexto social em que as mulheres estavam postas, as suas ações eram distintas daquelas praticadas pelos homens, e conseqüentemente, o comportamento repressivo em torno dessas ações eram mais brandas, a exemplo disso temos a participação feminina na revolta do quebra- quilos.³ Influenciada principalmente pela luta contra a lei do recrutamento militar; mulheres organizadas invadiam cartórios e rasgavam as listas de recrutamentos, enquanto que para os homens a melhor forma de escaparem da lista era não comparecerem às convocatórias. O papel ativo das mulheres nas revoltas populares era uma estratégia, uma vez que a repressão imposta às elas era amenizada por questões do gênero.

Para além da questão social, já bem debatidas em estudos anteriores,⁴ busco nesta pesquisa trazer um olhar mais amplo em relação ao papel social da mulher no contexto da seca, personagens que merecem destaque, pois são parte construtores da história. Reconstruir suas vivências, analisando a situação em que viviam, as suas necessidades, nos faz compreender de forma mais crítica as maneiras de resistência encontradas pelos migrantes para lidarem com as dificuldades trazidas pela seca.

O trabalho aqui apresentado se enquadra na perspectiva da nova história, que inspirada na Escola dos Annales surgiu como uma contraposição à História tradicional se interessando por toda a atividade humana, já que tudo que é tocado pelo o homem e traz vestígios de sua interferência, tem um passado, portanto, apresentam uma história. A nova história baseou sua busca de novidade não apenas na exploração de novos objetos de estudo, mas também no desenvolvimento de novas abordagens e métodos.

A *Nouvelle Histoire*⁵ possibilitou a abertura para novas e variadas perspectivas a respeito de temas pouco abordados pela historiografia. Produzir a partir da nova história é se

³ A revolta do quebras quilos foi um levante popular ocorrido na década de 1870, mediante a imposição do novo sistema métrico decimal adotado pelo Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, José Lins Vieira de Cansanção de Sinimbu, sancionando a Lei 1.157, a qual oficializava a adoção do Sistema métrico decimal.

Ver: SOUTO MAIOR, Armando, 1926- S71q. **Quebra-Quilos : lutas sociais no outono do Império** - São Paulo : Ed. Nacional ; [Brasília], 1978.(Brasília ; v. 366) Série estudos e pesquisas - Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. **Revolta do Quebra-Quilos**. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

⁴ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. **Cotidiano e Pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina**. Teresina-Piauí: EDUFPI, 2010. 164p.

_____. **O poder e a seca (1877-1879)**. Teresina: UFPI, 1991.

GADELHA, Georgina da Silva, Lima, Zilda Maria Menezes. Cortejo de miséria: seca, assistência e mortalidade infantil na segunda metade do século XIX no Ceará. **História e Cultura**, Franca, v. 6, n. 2. 2017.

⁵ A nova história oferece uma visão da história vista de baixo, ou seja, preocupa-se em mostrar as narrativas das pessoas comuns, deixando de lado a visão de cima oferecida pela história tradicional, onde suas narrativas se concentravam nos grandes feitos dos grandes homens, trazendo dessa forma uma maior possibilidade de estudo da vida e opiniões de pessoas comuns, voltando assim seu olhar para todas as faces da história. A História Social dos

debruçar na terceira margem do rio, que nada mais é do que não se prender a paradigmas, é produzir história exaltando todas as suas vertentes, da mesma forma que o rio inventa suas margens ao decorrer do seu curso, a história cria seus sujeitos e objetos.

Como o rio, a História arrasta as suas margens para seu leito, num trabalho incessante de corrosão, em que figuras de objetos e figuras de sujeitos, coisas e representações, natureza e cultura se entrelaçam e se misturam [...]. Nem os sujeitos nem os objetos preexistem à História que os constituem [...] Nós historiadores [...] não podemos optar por habitar a margem do objetivismo ou a margem do subjetivismo, ou a margem da natureza ou a margem da cultura, a margem da realidade ou a margem da construção discursiva da História, pois a História em seu acontecer articula e relaciona todos estes aspectos e a narrativa histórica também deve fazê-lo. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007. p. 28-29)

Uma modalidade que começou a aparecer por ocasião do surgimento da Escola dos Annales foi a História Social. A expressão História Social, até a década de 1950, foi utilizada em três significados distintos, o primeiro para indicar a história das classes inferiores; em segundo para sondar a história social do trabalho e do movimento socialista, por último, e sob a influência dos Annales, o termo social era utilizado em junção com a história econômica. O ponto de enfoque da História Social como afirma Sandra Jatahy Pesavento (2008), são “os chamados silenciados na história, mas também traz uma série de inovações que apontavam para a experiência de classe e não para a luta de classes, onde se procura resgatar as práticas cotidianas de existência”. (PESAVENTO, 2008.p.15)

Uma característica da história social refere-se à diminuição do seu campo de abordagem por meio da denominada Micro- História. A historiografia social sugere pesquisar as vivências históricas individuais, por serem mais facilmente reconstituídas com um nível mais elevado de observação. Surgido na Itália, esse gênero historiográfico tem como características a utilização de uma escala reduzida de observação, uma análise minuciosa das fontes e um estudo intensivo do material documental.

A Micro- História,⁶ a partir do método de redução de escala, vai adentrar as camadas mais profundas do cotidiano a partir de personagens que deixaram marcas, como pode ser

Annales trabalha com a ideia da diferença e, não a da contradição de classe, com o que revelava uma rede de relações e de grupos presentes na sociedade. Ela não põe em questão a materialidade, a objetividade, a realidade do fato histórico, mesmo que não seja possível compreendê-lo em sua totalidade, como realmente foi. O historiador se deixa guiar pelas evidências, pela lógica dos acontecimentos, o que comanda o processo de produção do conhecimento são os próprios fatos ocorridos.

⁶ Foi a Micro- História, uma prática historiográfica que utilizou de novas abordagens, novos objetos e de novas metodologias, que alavancou a pesquisa das perspectivas cotidianas das sociedades passadas e de paradigmas antes renegados pela história. O objeto da Micro- História reside nas racionalidades e estratégias que põe em andamento

percebido na obra de Carlo Ginzburg, *O queijo e os vermes*.⁷ Produzir a partir da Micro-História é elaborar um olhar gigantesco para algo paradoxalmente pequeno.

A micro-história é essencialmente uma prática historiográfica em que suas referências teóricas são variadas e, em certo sentido, ecléticas. O método está de fato relacionado em primeiro lugar, e antes de mais nada, aos procedimentos reais, detalhados que constituem o trabalho do historiador, e assim, a micro-história não pode ser definida em relação às micro dimensões de seu objeto de estudo. (BURKE, 2012. p.133)

De acordo com o que se classifica como Micro-História, esta pesquisa se encaixa nessa perspectiva, na medida em que busco trazer o olhar historiográfico para personagens até então pouco privilegiados pela historiografia.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram necessários a construção de aportes teóricos para operacionalização e instrumentalização das fontes, assim sendo utilizaremos de conceitos que julgamos necessários e que foram trabalhados por autores estabelecidos na historiografia piauiense e nordestina, bem como discussões de autores que trazem um debate da seca como tema central em seus trabalhos.

No que concerne às narrativas construídas em torno do Nordeste brasileiro, estas em sua maioria, contribuíram para se desenhar uma imagem da região Nordeste pobre, reservando a ele um local de inferioridade. Visando compreender como os discursos sobre a seca foram sendo construídos, e como é de fundamental importância problematizar as narrativas criadas em torno dela, nos pautamos nas discussões propostas por Marta Emisia Jacinto Barbosa (2002) e Durval Muniz de Albuquerque Júnior (1999).

A seca foi de sobremaneira a responsável por colocar o Nordeste em pauta nas discussões a nível nacional. O período de estiagem iniciado em 1877 tomou uma grande proporção dado o contexto de mudanças nas relações existentes no campo/cidade. As modificações ocorreram principalmente no espaço rural, visto que era esse espaço que mais sofria com a escassez de água. Todavia, as modificações não se manifestaram apenas no campo, a seca trouxe modificações também para os grandes centros urbanos, visto a quantidade de indivíduos que resolveram migrar; a população atingida pela seca saía dos seus locais de origem

as comunidades, as famílias, os indivíduos. A grande proposta dos ideais metodológicos da Micro-História é a diminuição da escala de observação, de modo a intensificar a exploração do objeto, fazendo assim uma outra leitura do social, reconstruindo a partir de um contexto particular a maneira como os indivíduos produzem o mundo social.
⁷ O *Queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*, é um livro publicado em 1076 que narra um dos mais importantes estudos da micro-história. É uma intrigante história do século XVI sobre a inquisição e a cultura popular e erudita da época, retrata a história de um moleiro que foi perseguido pela Igreja católica por expressar de forma pública suas ideias que iam contrárias a alguns dogmas pregados pela Igreja Católica.

e dirigiam-se para as áreas urbanas gerando dessa maneira um aglomerado de pessoas, as autoridades locais foram chamadas para deter essa população que se aglomeravam na capital da província. Assim, a medida emergencial foi a criação das Comissões de Socorros Públicos.

Especificamente no Piauí, a seca ocasionou uma mudança na sua estrutura social, na medida em que, para além de ser uma área de trânsito dos migrantes que estavam a migrar principalmente para a Amazônia e Maranhão, se configurava também como uma receptora para os migrantes. A presença de homens, mulheres e crianças nas ruas de Teresina causavam medo na população da cidade, os migrantes eram vistos como uma ameaça, eram os responsáveis pela desordem física, moral e social da cidade. Maria Mafalda Baldoino de Araújo (1991), traz um olhar sobre a seca, a partir de fatores socioeconômicos e políticos, analisando a relação do poder político com a seca de 1877- 1879 no Piauí.

Araújo (1991), também aborda as políticas de intervenção, a fim de explicar o elo mantido entre o governo central e o governo local. A intervenção do governo imperialista se deu, como já sabemos, de caráter assistencialista, sob a forma de distribuição de gêneros alimentício e medicamentos, através das comissões de socorros.

No entanto, a iniciativa de assistencialismo foi falha. As comissões de socorros foram acusadas de vários desvios de verbas e mercadorias. É pontuado pela a autora a criação e as principais características e problemáticas dos núcleos coloniais, que eram dirigidos pelos proprietários rurais e as despesas custeadas pelo governo. Esses espaços tinham o objetivo de acolher os migrantes flagelados pela seca. Os textos de Araújo (1991) são de grande relevância na compreensão dos mecanismos utilizados pelo governo central e governo provincial para contornar a grande seca 1877/79, e o cotidiano da pobreza na cidade de Teresina no final do século XIX e primeira década do século XX.

O contexto da seca é cruel com todos que com ela tem contato, vítima mulheres, homens e crianças, independente da classe social seus reflexos são sentidos por todos. No entanto, as relações desiguais de gênero já estabelecidas, se configuram como ponto crucial no envolvimento com a seca, principalmente quando nos debruçamos sobre o estudo das classes mais pobres. Ao se tratar da seca, essa relação díspar se torna ainda mais intensa. A seca resulta na partida do sertão em busca de melhores condições, em especial os homens, pais de família. Mas para além da saída, os que permanece também sofrem; com a saída dos homens ficava a cargo das mulheres o cuidado com a família.

Nesse contexto, *Viúvas da seca: relações de gênero no sertão*,⁸ traz uma breve discussão acerca das condições das mulheres perante a ausência dos seus esposos no período de estiagem, e apesar de ser um fato recorrente no sertão, as mulheres não eram alvos nas políticas emergenciais.

Dentro de uma perspectiva de análise voltada mais para as ações femininas, o gênero torna-se categoria de análise fundamental para pensar as memórias das mulheres e, por seu intermédio, a ação destas perante as adversidades sociais e econômicas. A noção teórica de Joan Scott (1995)⁹ nos parece apropriada para pensar o papel das “mães da seca”, uma vez que a autora entende o gênero como elemento integrante das relações sociais, pautado nas diferenças percebidas entre os sexos, como também uma forma de revelar as relações de poderes. O que Scott busca compreender é a forma como são construídos os significados culturais para as diferenças entre os sexos, diferenças segundo ela que são inegáveis, mas é a partir das significações e discursos atribuídos a essas diferenças que se constituem as relações hierárquicas.

Para esclarecer a atuação feminina frente os momentos de crise, utilizarei a expressão “jogo de gênero”, formulada pelo historiador francês Luc Capdevila, mas aqui sintetizado pela historiadora Ana Rita Fonteles,¹⁰ de forma que se entende por gênero uma construção cultural que vai firmar as diferenças entre os sexos, estabelecendo as prerrogativas específicas de cada um. Dentro deste jogo, as mulheres utilizam o gênero como um mecanismo a seu favor. Para justificar a utilização deste conceito menciono aqui novamente a revolta dos quebras quilos que ocorreu em 1874-76, onde a atuação feminina nessa revolta pautou-se numa estratégia, já que as medidas repressivas eram mais brandas ao sexo feminino. Trazendo essa mesma visão para as petições enviadas pelas “mães da seca”, podemos elucidar que essas petições assinadas pelas mães pudessem ter o intuito de sensibilizar as autoridades, a fim de conquistarem auxílio.

Utilizar a discussão de gênero nessa perspectiva nos permitirá olhar para questões pouco trabalhadas no contexto da seca, principalmente no que versa ao Piauí. Para além de

⁸ SILVA, U. M. Q. **Viúvas da seca: as relações de gênero no sertão**. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH DE PERNAMBUCO. 10. 2014. Petrolina- PE. Anais do Encontro História e contemporaneidade: articulando espaços, construindo conhecimentos: X Encontro Estadual de História da ANPUH de Pernambuco. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2017.589 p. 539-556.

⁹ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995.

¹⁰ Professora Associada I do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Ministra disciplinas nas áreas de Teoria da História e Prática de Ensino na graduação. Integra as linhas Cultura e Poder e Memória e Temporalidades no Programa de Pós-Graduação em História da UFC. É doutora em História Cultural pela UFSC e mestra em História Social pela UFC, possui graduação em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará. Tem experiência nas áreas de História e gênero, história das mulheres, gênero e ditadura no Brasil. Coordena o Grupo de Pesquisas e Estudos em História e Gênero (GEPEHG), na UFC.

compreender as características desse fenômeno e suas implicações sociais, é necessário buscar responder questionamentos que reconstruam, em partes, as relações sociais e políticas estabelecidas neste meio, bem como as diferenciações sexuais que permeiam essas relações. Servirá também para colocar as mulheres como sujeitos ativos, que apesar de estarem colocadas em um contexto social que as silenciavam, elas mantinham maneiras próprias de resistirem e atuarem ativamente na sociedade.

A qualidade da pesquisa está intimamente relacionada as fontes que serão utilizadas, a sua identificação e interpretação. As fontes se configuram assim com algo essencial para a sistematização do conhecimento histórico. Diferentemente do que pregavam os positivistas, que as fontes falam por si só, Ragazzini (2001), expõe que as fontes são uma construção do historiador, são vestígios, testemunhas da ação dos homens no tempo e que terão sua importância afirmada dependendo das perguntas feitas a elas pelos historiadores.

A fonte é uma construção do pesquisador, isto é, um reconhecimento que se constitui em uma denominação e em uma atribuição de sentido; é uma parte da operação historiográfica. Por outro lado, a fonte é o único contato possível com o passado que permite formas de verificação. Está inscrita em uma operação teórica produzida no presente, relacionada os projetos interpretativos que visam confirmar, contestar ou aprofundar o conhecimento histórico acumulado. A fonte provém do passado, é o passado, mas não está mais no passado quando é interrogada. A fonte é uma ponte, um veículo, uma testemunha, um lugar de verificação, um elemento capaz de propiciar conhecimentos acertados sobre o passado. (RAGAZZINI, 2001. p. 14)

A relação mantida entre o historiador e as fontes também é um ponto que deve ser elucidado com bastante atenção no desenrolar de uma pesquisa, uma vez que a metodologia aplicada é primordial, pois será através do estabelecimento de uma metodologia eficaz que se poderá chegar aos objetivos propostos.

Para o desenvolvimento desta pesquisa serão utilizadas fontes que versam sobre a seca de 1877-79 no Piauí, como os requerimentos das Comissões de Socorros Públicos do Piauí ao Presidente Provincial; petições escritas à rogo pelas mães às autoridades provinciais em busca de auxílio, todas encontradas e disponíveis no Arquivo Público do Piauí; os jornais *O Piauí*, *Oitenta e Nove*, *A Época* que foram de grande relevância para se compreender a situação que se encontravam algumas cidades e vilas do Piauí, dado a eminência de uma grande seca, disponível gratuitamente na rede de internet. Além de uma revisão bibliográfica a fim de se ter conhecimento dos estudos já realizados.

As fontes primárias utilizadas para problematizar o sistema de caridade implantado no período da seca são os requerimentos enviados aos presidentes da província do Piauí pela

Comissão de Socorros Públicos e as petições escritas pelas “mães da seca”. Para tal se fez necessário a transcrição, análise e problematização dessas cartas, mapeando os sujeitos que as escreveram e os seus principais escritos a rogos. O processo de transcrição se faz um tanto complexo, visto que foi necessário um breve estudo sobre as normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos a fim de que o presente trabalho esteja adequado às normas de transcrição paleográfica. A partir desse estudo, podemos compreender como se davam as regras de transcrições referentes aos símbolos, abreviaturas e até mesmo referentes ao aspecto físico das documentações.

As cartas aqui tratadas são de caráter oficial e trazem em suas linhas assertivos acerca das condições em que se encontrava a população da província, bem como as principais necessidades que as Comissões de Socorros buscavam sanar. Dessa forma foi notado a carência que a população da Província passava, dada a gravidade da seca, e como era de grande importância o auxílio prestado pelo governo através das Comissões de Socorros Públicos para a sobrevivência dos migrantes, mesmo apresentando caráter dúbio, seja através do envio de víveres, seja através do envio de médicos para o tratamento dos migrantes que padeciam durante o período de epidemias. Não apenas as ações de caridades ficam evidentes nas fontes, mas também as medidas de controle, uma vez que foi notado que havia a recomendação por parte do governo de empregar os migrantes nas construções de obras públicas para se evitar os malefícios da ociosidade.

Os jornais utilizados se fizeram viáveis para o entendimento da dimensão que a seca tomou na província e suas implicações para a população. O trato do jornal como fonte histórica deve ser feita de forma cautelosa e consciente, na medida em que as discussões presentes nos jornais tendiam muitas vezes para determinado grupo político, que ora ou outra poderia conflitar com a administração vigente. Para além dos discursos propriamente ditos, os jornais nos revelam uma gama de significados se analisados o “não dito”, nos possibilita conhecer e entender sobre as relações sociais mantidas em determinado contexto histórico. Sendo entendidos como mecanismos que atendem a interesses econômicos, políticos e sociais.

No que concerne, a revisão bibliográfica, a sua realização foi necessária para se perceber a visão de diferentes autores sobre o fenômeno da seca, o que trouxe um aparato essencial de informações para o entendimento da seca de 1877-79 a nível de região, como especificamente, a nível de província. Esse momento da pesquisa é de suma importância, porque é através dele que obtivemos conhecimentos das pesquisas já estabelecidas referentes à temática de estudo, assim a preocupação em ter entendimento desses estudos, dos conceitos e teses já formuladas

se dão para que este trabalho não se torne algo repetitivo, mas pelo contrário, traga uma discussão nova para a historiografia piauiense.

As cartas associadas às leituras assumem uma função especial, pois são capazes de revelar as formas de resistência encontrada pelos sertanejos para viverem em um ambiente hostil e com poucas possibilidades de sobrevivência.

Fazendo alusão a técnicas de pinturas, o presente trabalho está dividido em três capítulos, que permeiam desde os discursos criadores do Nordeste até o retoque final dessa teia de discursos e ações.

Em *Aquarela Nordestina: A seca e a nordestinização*, abordamos a criação de um discurso “nordestinizador” baseado na seca, configurando a seca como um fenômeno social responsável por trazer o olhar do Centro-Sul para a região Norte, criando desta forma, o que viria a ser o Nordeste e a imagem desta região perpetuada até os dias atuais. Neste capítulo lançamos o nosso olhar para as narrativas que deram o pontapé inicial para a organização das medidas assistenciais, apontando as características de Teresina na eminência da seca de 1877-1879, através de uma exploração bibliográfica.

Em *Uma Demão de Tinta: As políticas assistencialistas implementadas pelo governo*, temos como objetivo discutir as medidas assistenciais implantadas pelo governo local e provincial em Teresina, e demonstrar como essas medidas possuíam um caráter dúbio de exploração e assistência, para tal partimos dos conceitos de trabalho e ociosidade. Para alcançarmos o objetivo proposto utilizamos alguns requerimentos das Comissões de Socorros Públicos de Teresina, além de notícias jornalísticas.

Já em *A Pincelada Final: as mães da seca e a resistência frente às explorações da elite*, debatemos como a migração decorrente da grande seca afetou a dinâmica social e familiar, colocando as mulheres na linha de frente na busca por meios de sobreviverem, indo contra o padrão social imposto nos oitocentos. Utilizamos as petições das Mães da Seca tencionando enxergar as experiências femininas no convívio com a seca.

CAPÍTULO I

AQUARELA NORDESTINA: A SECA E A NORDESTINIZAÇÃO.

Seca, fome, doenças, miséria e migração são características costumeiramente atribuídas à região Nordeste. A história desta região foi desde seu início permeada de discursos muitas vezes excludentes e que delimitaram a imagem e o local social ocupado por este território. As construções discursivas em torno desta região foram responsáveis por desenhar estereótipos da sua população, culturas e singularidades. Estereótipos criados muitas vezes não apenas pelos sulistas, mas com a contribuição de nós mesmos, os nordestinos.

Nas narrativas literárias sobre o Nordeste impera as descrições de aspectos relacionados a pobreza, a miséria, a seca, os personagens, em sua maioria, saem em retirada dos sertões em busca de melhores condições de sobrevivência. A imagem perpetuada é a de que, o que imperava no Nordeste era a seca, fome e miséria.

Obras como *Vidas secas* de Graciliano Ramos evidenciam tal afirmativa. O livro da década de 1930 descreve a trajetória de uma família do sertão nordestino que sofrendo com os infortúnios da seca lançam-se na empreitada da migração. A descrição das condições do ambiente, a construção dos personagens nos evidencia a miséria e por muitas vezes a imagem de ignorância que permeiam o povo sertanejo.

A imagem criada na literatura e nas manchetes de jornais contribuíram significativamente para a elaboração e disseminação de uma imagem estereotipada da região e dos nordestinos. A inferiorização atribuída a todo o território Nordestino contribuiu também significativamente para os investimentos provenientes do governo. Como pontua, Albuquerque Júnior (1999), a região Nordeste é uma criação - imagético discursiva inventada a partir de uma sensibilidade cada vez mais específica, gestada historicamente, em relação a uma dada área do país.

Barbosa (2002) defende a ideia de que a inferioridade da população do Nordeste se dá tanto pela ausência de problematizações, bem como pelo uso habitual das informações para justificar os estudos sobre a seca. O Nordeste é plural em seus aspectos, sejam econômicos, culturais e sociais, no entanto os discursos construídos em torno dele o homogeneizaram. O território que hoje designamos como Nordeste, é uma identificação recente. Até os anos iniciais da República o território atualmente denominado Nordeste, era identificado apenas por Norte. Na divisão territorial do Brasil durante o período colonial não existia a noção de regiões, estando dividido apenas em Norte e Sul. Foi só com a emergência da modernização que a necessidade de uma divisão mais aguçada do território surgiu.

Antes que a unidade significativa chamada Nordeste se constituísse perante nossos olhos, foi necessário que inúmeras práticas e discursos “Nordestinizadores” aflorassem de forma dispersa e fossem agrupados posteriormente [...] A origem do Nordeste, portanto, longe de ser um processo linear e ascendente, em que “a identidade está desde o início assegurada e preservada”, é um começo histórico no qual se encontra a discórdia entre as práticas e o discursos; é um disparate[...] (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1991. p. 66-67)

A unidade significativa do Nordeste foi sendo gestada a partir dos discursos imagéticos que o configuraram como um local de grandes calamidades naturais, oriundas da seca. A superação da divisão territorial Norte- Sul se processou de forma gradual, o termo Nordeste passou inicialmente a ser utilizado para se referir às áreas de atuação da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), no ano de 1919. Desta forma, o Nordeste nasce como filho da seca, um espaço geográfico que merece atenção nacional por conta da sua propensão à estiagem, imagem que veio sendo gerada desde a grande seca de 1877.

Elencando os pontos acerca da nomenclatura Nordeste, pontuamos que na escrita do presente texto adotaremos a nomenclatura Norte para nos referir a região trabalhada, uma vez que na temporalidade aqui abordada a identificação usual ainda era Norte.

A região Norte está situada em uma área ‘mais seca’ que as outras regiões do país, de modo especial o território conhecido por sertão nordestino abrange grande parte de oito dos nove estados da região, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, tendo o clima semiárido, e em decorrência dessa característica natural passa por períodos de estiagem, que remontam a essa região desde o início do seu desbravamento, provocando a diminuição dos índices pluviométricos, a má distribuição de chuvas e a consequente queda na produção agrícola.

A despeito do fenômeno da estiagem ser algo comum e natural da região, o fenômeno da seca é um produto sócio-político, construído a partir da estiagem. Apesar desse fenômeno ser previsível e já aguardado, as ações de combate e controle se dão de maneira emergencial, sem uma organização e preparo prévio. Originando, desta maneira, problemas e dificuldades que poderiam ser evitadas, ou pelo menos contornadas se houvesse preparo e diálogo frente ao enfrentamento da estiagem.

Alicerçando a estiagem à algumas adversidades presentes na região, como a distribuição desigual de renda, a pouca titularidade da terra, o que ocasiona a baixa produtividade agrícola, elevando as produções de subsistência, desenham o fenômeno da seca, e o elevam à categoria de problema nacional, trazendo uma mudança significativa na vivência dos sertanejos.

1.1 A iminência da grande seca: o olhar nacional para o Norte

A partir da independência do Brasil, em 1822, o país se subdividiu em dois eixos de desenvolvimento, o Centro-Sul e o Norte, de forma que havia diferenças visíveis de investimentos. A região Centro-Sul foi a escolhida para centralizar o poder administrativo, trazendo para si uma posição de privilégio, sobrando para a região Norte tornar-se uma “periferia do sistema produtivo”, de forma que apenas o complexo conhecido por Norte agrário (composto por Pernambuco, Bahia e Maranhão) gozava de prestígio político e econômico em decorrência da produção de cana-de-açúcar e algodão, mantendo-se assim até meados de 1870.

No entanto, o que antes era uma região esquecida, sem destaque e participação nacional, o Norte tornou-se uma das principais pautas de discussão nacional, nos seus âmbitos político e social. Nas manchetes dos jornais e na literatura, a região Norte foi tornando-se cada vez mais um assunto a ser debatido, os olhares da imprensa e dos governantes se voltaram para a região quando os problemas trazidos pela seca ultrapassaram os seus limites territoriais, quando implicações sociais e econômicas começaram a ser sentidas pelas elites dominantes.

Com o advento da seca de 1877-79 houve por parte, inicialmente do governo do Ceará, a tentativa de implantação de um projeto que viesse a equalizar as diferenças, principalmente econômicas entre as duas regiões, que sofriam com diferenciações intensas de investimentos.

Dessa maneira, com o crescente número de desvalidos, a produção agrícola de subsistência e a criação de gado que se configurava como a base da economia especialmente do Piauí em declínio por conta das condições naturais, a implantação do Projeto Pompeu Sinimbú intencionado pelo então Senador, Tomás Pompeu de Souza Brasil em 1869, surgiu como uma tentativa de diminuir as diferenças econômicas entre as regiões Sul e Norte utilizando a mão de obra à disposição nas construções do governo.

O projeto passou a ser implantado no ano de 1878, na ocasião em que o senador João Lins Vieira de Cansanção de Sinimbú tornar-se presidente do Conselho de Estado da Coroa. O Projeto Pompeu Sinimbú marcou o início das investidas governamentais em prestar assistência aos desvalidos, que viriam posteriormente a se institucionalizar através dos órgãos de combate às secas.

Tal projeto “se concretizou pela aplicação de uma política de socorro indireto, ou seja, para receber o auxílio do governo o sertanejo desvalido precisava dar a contrapartida do trabalho” (CAMPOS, 2014. p.184). As obras eram organizadas pelos comissários nomeados pelo governo, que recrutavam os desvalidos para trabalhar na construção de barragens, açudes,

estradas de ferros e pontes, e em contrapartida na maioria das vezes, ganhavam em troca da força de trabalho, gêneros alimentícios.

Desse modo, é razoável se falar em “projeto” porque ele tinha um objetivo de longo prazo: compensar o desequilíbrio econômico entre o Norte e o Sul do Brasil. Isso se daria através de uma política que transformasse a seca em vetor de progresso material, por meio da exploração de trabalhadores desvalidos em obras públicas. (CAMPOS, 2014. p. 185)

Dentro dessa lógica, as ações de políticas públicas contra a seca incrementaram o pensamento oligárquico com a ideia de progresso e que as obras trariam um excedente material valioso para o Norte. Surgindo inicialmente como uma tentativa das oligarquias cearenses para o desenvolvimento econômico da província e inclusão desta no âmbito das discussões e participação nacional, o Projeto Pompeu Sinúmbu se estabeleceu e expandiu-se para as demais províncias da região Norte, através das Comissões de Socorros Públicos, fazendo surgir uma intensa rede de assistência e solidariedade e exploração.

Como já pontuamos, a grande seca de 1877 - 79 foi o evento que colocou o Norte em evidência nacional, dado as condições severas que a estiagem trouxe para a região. Este triênio trouxe para os sertanejos uma nova maneira de se relacionarem com a estiagem, esse período passou a ser marcado pela migração, onde milhares de pessoas saíam do campo para as cidades em busca de socorro. A seca, de acordo com Cândido (2014), seria não apenas um momento de evidência da miséria, mas um distanciamento dos modos de vida originários, vivenciando novas experiências. Para além da perspectiva de mudança sertaneja, este período inaugurou medidas de assistencialismo governamental que foram sendo postas em prática na medida em que havia a iminência de novas estiagens.

As ações assistencialistas se davam através das Comissões de Socorros Públicos. Mecanismos criados para dar subsídios aos flagelados e migrantes nos períodos de seca. Eram compostas por autoridades locais, pessoa que tinham algum renome social e que ocupavam altos cargos na dinâmica social e organizacional nas vilas e cidades, desempenhavam cargos de vereadores, médicos, juízes, alguns padres. As Comissões ficavam responsáveis pela distribuição de alimentos, roupas, medicamentos, pela organização de atendimento médico e pela inserção dos migrantes nas frentes de trabalho das obras públicas.

O período de estiagem iniciado em 1877 tomou uma grande proporção dado o contexto de mudanças nas relações existentes no campo/cidade, as modificações ocorreram 26

principalmente no espaço rural, visto que era esse espaço que mais sofria com a escassez de água. No entanto, as modificações não se manifestaram apenas no campo. A seca trouxe modificações também para os grandes centros urbanos, visto a grande quantidade de migrações; a população atingida pela seca saía dos seus locais de origem e dirigiam -se para as áreas urbanas gerando dessa maneira um aglomerado de pessoas.

Em relação à mão de obra, a grande seca foi responsável por aumentar a saída da força de trabalho escravizada do Norte para as grandes fazendas de café da região Centro- Sul. Como demonstra a nossa base bibliográfica, o aglomerado de pessoas nas cidades fez com que as autoridades buscassem resolver os problemas ocasionados por essa imigração, tomando algumas medidas, como a distribuição de socorros públicos aos famintos. Foi nesse momento que os homens letrados e poderes públicos passaram a enxergar a seca como problema social, e começaram a pensar em maneiras de resolvê-los.

Por conseguinte, em 1877 foram realizadas reuniões entre as autoridades com o intuito de buscar mecanismos que viessem a solucionar os problemas trazidos pela seca. Esse momento é marcado por uma dualidade, se por um lado, marcou o início de um movimento que estabelece a seca como um problema de responsabilidade que respingava com as responsabilidades vindo da Corte, por outro, provocou um sentimento que transformou a região Norte em um problema, visto que a seca viria a barrar o crescimento do Brasil.

Foi nesse momento que a seca deixou de ser um problema climático, para ser tratado como um problema social, que atingia todas as províncias do Norte, sem distinção de camadas sociais, assim as elites e o governo começaram a pensar em maneiras de resolver a problemática da estiagem. Em outubro de 1877, como medida inicial, foram realizadas diversas reuniões com o objetivo de traçar meios para resolver a problemática da seca. Esse momento é importante pois foi a partir dele que foi sendo construída uma visão que tomava a região Norte como um possível empecilho para o crescimento nacional.

Se, por um lado, esse momento marca o início do movimento que proclama a seca como um problema de responsabilidade nacional, ele desperta um sentimento que transforma a região do semiárido numa região problema. O Norte e a instabilidade climática passavam a ser entendidos como um problema que barrava o avanço do Brasil, sendo um desafio a ser resolvido pelo saber científico. (FERREIRA, 2009. p.21)

Como resultado dessas reuniões, o governo resolveu investir em projetos de assistencialismo. Estes projetos efetivavam-se seja através da distribuição de alimentos, medicamentos e médicos, como também na construção de obras públicas, principalmente os

açudes, que foi uma importante alternativa contra a seca, visto que a mesma era entendida como a escassez de água e os açudes eram vistos como o meio mais eficaz para solucionar esse problema, uma vez que permitia o acúmulo de água. Os açudes também auxiliavam no fim do êxodo rural, pois com água disponível a fixação do homem no seu lugar de origem era mais fácil, além de que na sua construção era dado trabalho aos retirantes para mantê-los ocupados.

As ações de assistência emergencial se encaixam nas medidas de políticas públicas do governo, que surgiram a partir da necessidade de intervenção do Estado, visto as carências que passavam os estados, anteriormente chamados de províncias. Entende-se por políticas públicas “as ações, práticas, diretrizes fundadas em leis e empreendidas como funções de Estado por um governo, para resolver questões gerais e específicas da sociedade”. (HEIDMANN, 2006, p.29 aput CAMPOS, 2014.p 65.)

Levando em consideração este conceito, podemos afirmar que as ações de políticas públicas para o combate à seca, só se deram quando o fator social da estiagem se sobrepôs aos naturais, após as elites tratarem esse assunto como um problema social que necessitava de intervenção do governo. Verificamos que a preocupação da elite com as perniciosidades da seca só começou a se manifestar quando a funcionalidade e imagem das cidades foram sendo modificadas pelos grandes contingentes de sertanejos que se instalavam, principalmente nos centros das capitais da atual região Nordeste.

As Comissões de Socorros Públicos se configuraram como a base de desenvolvimento das medidas assistenciais, era por meio delas que se davam as distribuições de gêneros alimentícios, a organização dos abarracamentos e das frentes de trabalhos, onde os migrantes eram transformados em mão de obra para o governo. “A política adotada em período de seca, chamada política de emergência, é um programa governamental implantado para amenizar ou eliminar conflitos sociais inevitáveis que explodem quando parte da população tem seu nível de subsistência comprometido”. (FISCHER; ALBUQUERQUE, 2002)

Percebemos que estas medidas assistenciais manifestadas através do emprego em obras públicas eram de carácter dúbio, uma vez que a intenção das elites e governos ao empregar os retirantes nas obras públicas era em primeiro lugar, para afastar estes povos dos centros urbanos e, explorá-los na construção de obras que favoreciam principalmente a elite, já que eram construídas nas terras dos grandes fazendeiros.

Além de projetos de desenvolvimento econômico, a seca de 1877-79, trouxe para o Norte os olhares das demais províncias do Sul, seja para noticiar as calamidades que assolavam o sertão, seja para enviarem ajudas para os “desvalidos”, termo discutido no capítulo posterior.

A relação Norte e Sul ao final do século XIX passou a ser formulada através da grande seca. Trazendo o nosso olhar para essa relação estabelecida percebemos uma faca de dois gumes, na medida em que as investidas da região Sul em ajudar a região Norte estavam permeadas de interesses e exploração.

Observamos, que os atos assistenciais ofertados a esses retirantes não foram somente um ato de caridade, mas também uma medida de controle, visto que a migração ocasionava uma grande aglomeração de pessoas, de forma que a elite identificava nos grupos pobres um certo perigo. Dessa perspectiva, como aponta Araújo (2010), surge um discurso em torno da marginalização da pobreza e da ociosidade, pontos que foram sendo implantados em discursos de repressão que tinham, de certa forma, os migrantes como foco.

Com o aglomerado de migrantes nasce a necessidade de retirar os desvalidos das ruas e alocá-los em locais onde pudessem ser aproveitadas de maneira conveniente. Explorar a força de trabalho desses sujeitos foi a medida posta em prática, assim um discurso em torno da moralidade presente no ato laboral começou a ser disseminado. Na visão das elites e do governo, o trabalho era um ponto primordial para assegurar a moralidade dos indivíduos, quanto mais dedicação a um ofício, maiores são os atributos morais que estes possuem, assunto que trataremos mais adiante no capítulo dois.

Os retirantes que migravam para os centros urbanos passavam a habitar as ruas e praças públicas, o que ia contra a ideia de uma cidade de “belle époque”, voltada para o modelo francês de civilidade. Como meio de tirar os retirantes das ruas, foi criado os abarracamentos, que eram acampamentos mantidos pelo governo para abrigar a população pobre diminuindo desta forma os conflitos sociais - como foi observado no conteúdo das cartas, eram, de certa maneira espaços de segregação social, uma vez que não havia a interação com as elites. As péssimas condições higiênicas e a grande quantidade de pessoa presentes nos abarracamentos acarretavam a proliferação de doenças, como a varíola, principal responsável por milhares de mortes entre os retirantes.

Dessa maneira as medidas estratégicas foram sendo desenvolvidas, as grandes obras públicas vieram a se estabelecerem, pois, os serviços restritos ao espaço urbano não eram suficientes para controlar a numerosa quantidade de migrantes. Assim as obras estratégicas se estabeleceram como meio de socorro e um importante meio para alcançar um desenvolvimento e um possível restabelecimento da economia.

A seca passou a ser vista e tratada não apenas como um problema climático que assolava uma determinada região do país, mas como um fenômeno social, os olhares preocupados, principalmente da elite, saíram do campo da natureza, dos efeitos negativos da estiagem sobre

os campos, para uma visão preocupada sobre os problemas sociais que a seca causava. “A migração fez com que o conceito de pobreza, caridade e responsabilidade social se transmutasse, levando o governo a assumir a gestão da pobreza sob as formas de controle, disciplinamento e caridade, com aparência filantrópica”. (GADELHA; LIMA, 2017. p.102).

1.2 Teresina na aurora da grande seca

Na iminência da grande seca a província do Piauí vivia uma realidade distinta daquelas da região Centro-Sul no que condiz principalmente ao desenvolvimento econômico. A queda da importação dos produtos brasileiros, causada em grande medida pela proibição do tráfico negreiro que “representou um problema financeiro, político e emocional para as províncias, mas não de mão-de-obra, visto a abundância de braços à disposição dos grandes produtores” (SILVEIRA, 2009 about Burgardt, 2014), acirrou as diferenças entre as regiões Norte e Sul.

A produção agrícola das Províncias do Norte era caracterizada pela produção de subsistência, retirando delas apenas o necessário para sobreviverem. À vista disso a grande seca trouxe uma perda significativa da produção, ocasionando um intenso fluxo migratório, retirantes vagavam entre Norte e Sul em busca de condições favoráveis de sobrevivência.

Nesta altura imperava na sociedade brasileira o desejo pela transformação do país em uma sociedade civilizada, permeada pelo progresso, assemelhando-se às cidades europeias. Na medida em que a face civilizada e progressista ia sendo posta em pauta uma face que as elites e governos silenciava e escondia ia se revelando, a pobreza. Não diferente das demais províncias do Brasil, Teresina nutria em si a mesma imagem do resto do país. O pensamento da elite Teresinense estava pautado no desenvolvimento do progresso, “essa elite pensava que para o “progresso” instala-se, teria de haver uma ordenação da sociedade” (ARAÚJO, 2010. p. 32), tal ordenação seria condição fundamental para o progresso.

Podemos notar a presença deste ideário progressista nas ações assistenciais incrementadas na tentativa de “limpar as cidades” através das Comissões de Socorros, Casas de Misericórdia, asilos, dentre tantas outras instituições que agiam sob o discurso de evitar a ociosidade e a vagabundagem. Este ideário progressista é também perceptível nas discussões e ações em torno do sistema escravista. A manchete abaixo demonstra que a sociedade Teresinense estava realmente preocupada em seguir os rastros da modernização, o jornal *O Piauí*, no dia 7 de novembro de 1870, traz uma notícia acerca da criação da Sociedade Emancipadora Piauíense:

Quando no futuro algum homem, amante das cousas patrias propuser-se transmitir á prosperidade a historia desta província, bade para chegando á data memoravel do dia 1º de novembro de 1870, como defronte de um marco miliario da civilização do progresso. Nesse dia para sempre grato ao coração brasileiro, inaugurou-se nesta cidade a associação emancipadora piahyense [...] (O Piahy, 7/11/1870. p.2)

Seguidamente, nesta mesma notícia, é demonstrado uma preocupação acerca da liberdade dos escravizados, pois segundo eles, estando estes escravos acostumados a trabalharem sob direção de outro, encontrando-se agora livre renderam-se a inércia, trazendo transtornos para a sociedade:

[...] por que os escravos habituados a trabalharem somente sob direcção alheia, se entregarião á inercia nesse momento, em que a coacção cessasse; a anarchia, por que esses libertos, uma vez entregues a inercia e a preguiça, seria um elemento de continuas perturbações da ordem social: a ociosidade é a mãe de todos os vicios. (O Piahy, 7/11/1870. p.2)

Notadamente percebemos que as ações em prol de um progresso seguiam os rastros dos países europeus e norte-americanos, que dentre outras transformações, já haviam abolido a escravidão há décadas. Neste relato observamos também a preocupação com os vícios da ociosidade e as suas consequências, debate que crescerá no decorrer da década de 1870, principalmente na iminência da grande seca.

No que condiz ao sistema econômico, o Piauí mantinha uma situação díspar das províncias do centro-sul, enquanto estas investiam na produção em larga escala do café e no incremento de técnicas de produção, o Piauí pautava-se na agricultura de subsistência com um baixíssimo nível técnico e de produtividade. A produção agrícola baseava-se de sobremodo no sistema de colonato, o que favorecia um sistema de exploração sob o homem do campo. Apesar de não acarretar receita significativa para a província, a agricultura era primordial para a manutenção social, uma vez que era a fonte principal de sustentação dos habitantes mais carentes.

A economia piauiense neste cenário caracterizava-se pelo setor agropecuário, que se dava de forma extensiva e por possuírem formas tradicionais de organização da produção. A produção da província servia para o consumo familiar, caracterizando-a por não praticar uma agricultura mercantil, mas pela criação de gado. O algodão nesse momento se configurava como único produto agrícola que tinha importância no mercado de exportação.

Araújo (2010) faz uma breve explanação sobre a crise econômica em que a província passava na década de 70, o que não divergia da situação de todo o império, onde por conta da

decadência do açúcar, a defasagem entre o Nordeste e o centro-sul foi sendo acentuada, como resultado a província do Piauí encontra-se num local de atraso agravado ainda mais pelos seus fatores estruturais. “[...] O fato da criação extensiva ter sido desenvolvida apenas para consumo interno, teria contribuído para a caracterização da região a partir da ideia de atraso[...]” (PEDROSA, 2019. p.14), fato que aliado à grande distância entre as vilas e fazendas dificultou o desenvolvimento de uma atividade econômica mais estruturada, já que a infraestrutura da província tornava mais dificultosa a escoação da produção.

Quanto à questão populacional, nota-se em Teresina um crescimento populacional a partir da segunda metade do século XIX, explicada em grande medida pela migração ocasionada pela seca de 1877-79, é neste contexto que as configurações sociais e urbanas foram sendo modificadas. Ante a chegada da grande seca, no ano de 1874, a província do Piauí detinha uma população pequena e sem instrução.

*[...] Piauíhy, sem contar Jerumenha e Bom Jesus, 200:562 pessoas; das quaes- somente a decima parte conhece os caracteres do alfabeto, - e menos são ainda os que podem dizer que saber ler e escrever! [...]
A população relativa de cada uma dessas províncias pode ser assim avaliada [...]
[...] Piauíhy: 20 por légua quadrada; o que daria apenas 5:800:000 em todo o império, com uma superfície 27 vezes maior do que esta província. (Oitenta e Nove. 24/04/1874. p. 2)*

A província piauiense anterior às modificações advindas com a seca, encontrava-se com um excedente populacional pequeno equiparado às demais províncias do Brasil, bem como a cidade de outros países.

A província do Piauíhy, tão vasta quanto as três Províncias do Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraná,- ou semelhante a Inglaterra, Escócia e Irlanda[...] – mal pode comparar o número de seus habitantes com o de uma cidade (Sheffield) que é apenas a 8ª entre as do reino unido da Grã- Bretanha. (Oitenta e Nove. 24/04/1874. p. 2)

Descoincidente da pequena população que vivia na província do Piauí no ano de 1874, o excedente de pessoas, vindo de outras vilas do Piauí, bem como de outras províncias, principalmente a do Ceará, para a capital Teresina, modificou a sua estrutura social. Para além do grande trânsito populacional, o triênio da grande seca colocou o governo local e a elite em uma situação problema que só seria resolvida em uma ação conjunta dessas duas categorias.

A economia, a infraestrutura e a estrutura social já fragilizada da Província foi sendo acirrado pelas dificuldades e modificações trazidas pela seca, principalmente o excedente de pessoas, vindo de outras vilas do Piauí, bem como de outras Províncias, em especial a do Ceará,

para a capital Teresina. Além da superlotação de Teresina, a migração acarretou no declínio das reservas de víveres que possuíam.

[...] Com a emigração crescida que nos veios do Ceará esgotarão-se os poucos cereaes que possuíamos, pois como todos sabem, por muito tempo a população daquela provincia abádonara suas vivendas e propriedade, e fôra procurar asylo e recursos á vida nas provincias visinhas [...] (A Época, 13/04/1878. N°2)

Tais modificações fizeram com que o governo local e a elite juntassem forças para formular e colocar em prática artifícios para assistir à população vitimadas pelos infortúnios da seca, nesse ínterim a preocupação pautou-se em onde e como alocar esses indivíduos, sobretudo os retirando do centro da capital Teresina.

A posição pela qual a capital passava era desconfortável, a sua produção agrícola foi prejudicada pelos longos anos sem chuva e de verão intenso. Consta, no ano de 1878, nas proximidades do mês de abril, que o excedente de chuva não foi suficiente para produzir, e a pastagem do gado que era até então suficiente, entrou em declínio e estava a esgotar. Entretanto, apesar da longa estiagem, a população pobre nutria em seu ser a esperança de vencer as adversidades e a fé que a chuva chegaria, “[...]os nossos lavradores por mais de uma vez se teem illudido com a miragem do inverno ao começo de uma ou outra chuva [...]” (A Época, 13/04/1878. N° 2.)

A análise, principalmente dos discursos jornalísticos, demonstra este ideário progressista na sociedade teresinense, que pautados num sentimento progressista passaram a enxergar os pobres, e principalmente os migrantes, como um peso a ser descartado. Esses indivíduos que desde o seu nascimento tiveram que lutar pela sobrevivência frente as condições naturais dificultosas da região Norte e as condições excludentes impostas pelo governo e a elite, teriam a partir de agora que estabelecerem uma resistência simbólica para irem contra a estrutura assistencial posta em prática pelo governo, que os via como mão de obra barata.

CAPÍTULO II

“UMA DEMÃO DE TINTA”: AS POLÍTICAS ASSISTENCIALISTAS IMPLEMENTADAS PELO GOVERNO

No transcorrer do século XIX diversas modificações aconteceram nos âmbitos culturais, sociais e econômicos em todo o mundo, as relações de trabalho foram sendo configuradas de acordo com os novos padrões que surgiam, principalmente pautados nos acontecimentos vivenciados na Europa e no ideal de *belle époque*. Aqui no Brasil, de modo especial na pequena província do Piauí, especificamente na capital Teresina, as relações sociais foram sendo construídas sob este viés eurocêntrico.

A seca de 1877-1879 trouxe para a Província do Piauí intensas transformações, a pequena e incipiente capital Teresina viu adentrar em seu território uma multidão de migrantes vindos de todas as partes em busca de melhores condições de sobrevivência, buscando reconstruírem suas vidas. Neste contexto de intenso trânsito de migrantes, a elite local enxergou a oportunidade ideal para controlar estes indivíduos, a partir da atuação das Comissões de Socorros. As ações destas Comissões apresentavam, bem mais do que um ideal de auxílio aos desamparados, uma oportunidade de enriquecimento das elites, que atuaram juntamente com as autoridades administrativas de maneira diligente e incompaciente na tentativa de controlar a multidão.

Diante disso, tem-se neste capítulo a inquietude de entender como se deu a atuação das Comissões de Socorros Públicos em Teresina, focando na tentativa da elite de impedir os vícios da ociosidade. Defenderemos que as ações das Comissões estavam mais relacionadas aos benefícios que seriam acarretados para as elites, do que necessariamente, prestar assistência aos desvalidos.

2.1 Os desvalidos e as medidas de socorros

Como a grande seca afetou de grande modo a economia e a sociedade da região Norte, as elites e o governo decidiram por criar as Comissões de Socorros Públicos, meios utilizados para a prestação de serviços assistencialistas, eram formados por pessoas nomeadas pelos presidentes provinciais que recebiam do governo imperial gêneros alimentícios e medicamentos para que as Comissões as distribuíssem entre os sertanejos.

As Comissões de Socorros Públicos foram financiadas com recursos do Ministério do Império requisitados diretamente pelo Presidente da Província sem a necessidade de aprovação prévia orçamentária, mobilizadas em casos de calamidades. Foram designadas diversas

comissões para as localidades da capital e interior do Piauí, composta por autoridades locais, em geral: o pároco, o delegado, um coronel ou algum comerciante. Entre suas atribuições estava a compra e distribuição de alimentos entre retirantes e a remuneração pelo trabalho em obras públicas ou núcleos coloniais privados. (BARBOZA, 2013. p. 311)

Medidas de socorros formuladas pelo governo central foram sendo postas em práticas e trazendo uma nova maneira para os migrantes de se relacionarem com o meio em que viviam. As intervenções assistenciais, pautados nas fontes que trabalhamos, tiveram como base o emprego dos migrantes em obras públicas. As comissões de Socorros Públicos serviam como meio de organizar as medidas emergenciais, eram a partir delas que se davam as medidas de intervenção, como a construção de obras públicas para o emprego de migrantes, a distribuição de alimentos e vestuários, como também o fornecimento de atendimento médico. No entanto, tais medidas eram incipientes, visto que eram realizadas na iminência de uma estiagem, não eram medidas mantidas constantemente, portanto não resolviam a problemática social advinda com a seca.

Dentro deste contexto de pobreza, seca e migração ocasionados pelo fenômeno da seca de 1877-79, um importante conceito foi sendo integrado ao discurso da elite e dos governos para identificar os sertanejos. O termo desvalido perpassa toda a história do Brasil, mas na metade do século XIX o termo passou a ser empregado associado a violência:

Nessa conjuntura político-social, o termo “desvalido” era basicamente empregado para designar alguém vítima de violência, que devido a sua condição de velho, mulher ou criança era considerado incapaz de se valer pelos seus próprios meios. (SOUSA, 2015. p.181)

Com o advento da grande seca, o termo passou a caracterizar os sertanejos retirantes da região Norte. Dessa forma, “o termo “desvalido” foi ressignificado, sendo associado quase que exclusivamente ao retirante fugitivo das estiagens.” (WEYNE, 2015. p. 182). A partir de então as propostas e projetos governamentais passaram a utilizar a nomenclatura oficialmente para se referir aos sertanejos que passeavam pelas ruas das principais vilas das províncias e que seriam assistidos pelas comissões de socorros públicos.

Araújo (2010) expõe que neste cenário de intensas modificações, decorrentes em grande medida pelo elevado índice migratório, a província do Piauí esteve situada no centro da rota de migração servindo de passagem para os retirantes que saíam das vilas do Ceará, fugindo da seca a procura de melhores condições de vida, indo em direção a regiões que eram acometidas em menor escala pelos infortúnios da estiagem. O Piauí sempre sofreu, assim como as outras províncias do Norte com as problemáticas dos longos períodos de seca e com a

diferenciação de investimentos governamentais entre os dois eixos territoriais do Brasil, Sul e o Norte. Mas foi apenas com a iminência da grande seca de 1877-1879 que o Piauí foi colocado no centro das discussões imperiais e noticiários que versavam sobre os malefícios da seca para o povo e a sua economia.

No primeiro ano da catastrófica seca, a província piauiense passou quase que despercebida em relação às outras províncias da região, contudo, no ano seguinte a seca avolumou os problemas sociais, e de maneira vultosa causou complicações para a economia local que já passava por problemas. Em relação ao espaço físico da província que foi atingido pela seca, os municípios mais atingidos eram aqueles que faziam fronteiras com a província do Ceará e Pernambuco, no entanto aos poucos a seca se alastrou por toda a província. Com a chegada de retirantes, que vinham principalmente do Ceará, e de outras vilas do Piauí, a humilde província sentiu de forma intensa as perniciosidades da seca, inicialmente manifestando-se na carência de víveres.

A cidade de Teresina sentiu de forma mais intensa a chegada dos retirantes por ser a sede do governo provincial e estar localizada as margens do Rio Parnaíba, entretanto, apesar de ter uma melhor localização, Teresina sentiu as perniciosidades da seca no intenso fluxo migratório em seu território, na carência de víveres, além do esgotamento das produções agropecuárias, a produção de gado foi sendo dizimada por epidemias que levam as criações a morte, e as que escapavam ficavam impróprias para o consumo.

Com o aumento repentino do trânsito de pessoas pelas ruas das vilas da província, e sobretudo pela fixação de muitos retirantes neste território, o Piauí se deparou com o esgotamento de suas produções agrícolas e de gêneros alimentícios. Sem saída, os migrantes adentraram na empreitada de saques a pequenas mercearias, e principalmente, aos depósitos do governo, na tentativa de conseguirem saciar a fome.

Com o intuito de retirar os retirantes das ruas de Teresina, os abarracamentos surgiram como locais propícios para a destinação dos desvalidos, servindo como um local para abrigá-los durante o período de seca. Configuravam-se como um “ajuntamento de retirantes que procuravam se arranjar sob as árvores ou construindo precárias barracas de palha- através de Comissões de Socorros”. (CASTRO NEVES, 2000. p.99). A primeira referência que temos notícias sobre os abarracamentos, foi durante a seca de 1845 em Fortaleza, quando Frei Serafim deu início a ideia de abrigar os retirantes enquanto durasse a seca, a fim de explorar sua força de trabalho em obras de utilidade religiosa.

De acordo com Sousa (2019) esse provavelmente foi o primeiro abarracamento de retirantes construídos no Ceará, de forma que o formato serviu de modelo para aqueles construídos nas demais províncias da região, inclusive os construídos na província do Piauí.

Sua configuração arquitetônica remontava os aldeamentos jesuíticos empregados nos séculos anteriores, durante a colonização portuguesa para gerenciar o trabalho indígena. Porém sendo construída no lugar da oca, a palhoça do retirante e no lugar da capela do vigário, o barracão do chefe da comissão. (SOUSA, 2019. p. 53)

A destinação dos retirantes para os abarracamentos alimentava o ideário de uma cidade rica e sem rastro de pobreza. A presença dos desvalidos nas ruas de Teresina interferia na sociabilidade, de forma que a presença dos migrantes resultou em um aumento significativo de pequenos furtos, e de mendicância. A saída encontrada pelo governo local foi retirar os indivíduos dos centros da cidade, a fim de “esconder” o rastro da pobreza.

Os abarracamentos, na medida em que resolvia a problemática dos migrantes vagando pelas ruas da cidade, trazia a face uma questão sanitária. O aglomerado de desvalidos em condições higiênicas precárias acarretava a proliferação de doenças. As fontes explanadas nos demonstram parcialmente a situação calamitosa que Teresina se encontrava, visto a proliferação de doenças nos abarracamentos.

A segunda metade do século XIX foi marcado por uma intensa manifestação de epidemia que contribuiu para a elevação da taxa de mortalidade, que atingiram principalmente as camadas mais pobres da sociedade. “A saúde pública, durante o século XIX, era quase inexistente, muitas vezes relegada à caridade e à assistência particular, o que permitia que a mortalidade infantil alcançasse números significativos”. (GADELHA; LIMA, 2017. P.112). Não havia a prestação de serviços de saúde regularmente, o que acontecia realmente, era o atendimento prestado durante o período de epidemias.

As epidemias também se manifestaram de maneira intensa na província do Piauí, as doenças vitimaram muitos migrantes nesse período, que eram agravadas pela condição econômica. Percebemos que durante o período de estiagem e epidemia, o presidente da província enviava através da Comissão de Socorros Públicos, médicos, medicamentos e até mesmo ambulâncias para o atendimento nas vilas mais carentes da Província. A morte, a doença e a fome estavam sempre ao lado dos sertanejos, mesmo daqueles que saíram de seu local de origem em busca de sobrevivência, essas três características marcaram o imaginário em torno da região Nordeste.

Os desvalidos que migravam de vila em vila, de província em província sob o regime do sol, enfrentando as intempéries do clima, sobrevivendo com o pouco que conseguiam pelas

estradas, chegavam ao seu destino com as forças esgotadas. Acometidos pela fome, cansaço e todo o sofrimento que as longas migrações traziam, até mesmo a morte de seus familiares mais debilitados que não suportavam a caminhada, ao chegarem em seus destinos eram submetidos a condições higiênicas precárias dos alojamentos mantidos pelo governo, sem atendimento médico adequado e com a falta de medicações.

Em 1877, a seca ainda não havia prejudicado a lavoura e a criação de gado, todavia, de acordo com nossas fontes já havia a presença de migrantes e a prestação de serviços por parte das Comissões de Socorros. É notável a carência de médicos e medicamentos em algumas vilas da província, mas a comissão de socorros de Teresina nos parece ser a que possuía uma melhor situação, uma vez que percebemos que em alguns momentos a comissão da capital envia às comissões de outras vilas uma ambulância carregada com medicamentos, a fim de atender as necessidades dos migrantes que padeciam de febre.

Ilustríssimo e excelentíssimo senhor

A comissão de socorros públicos desta capital, respondendo aos ofícios de vossa excelência de 5 e 10 do corrente cumpre a comunicar a vossa excelência que no dia 19 deste remeteu a comissão da Vila da Massas [?] a ambulância para ser aplicado ao tratamento dos doente emigrantes daquele município.

Deus guarde a vossa excelência

Teresina, 21 de setembro de 1877

Ilustríssimo excelentíssimo senhor doutor Francisco Bernadino Rodrigues e Silva. Digno Presidente da província.

<Vicente Camara Ferreira Laurinho>

<Luis José dos Santos Lima>

<Antonio J. de Araujo Baccelar>

(APEPI. Fundo Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondências Recebidas (Requerimentos). Ano: 1876-1889. Caixa sem numeração.)

As comissões de socorros públicos recebiam do governo provincial as demandas financeiras que pontuavam como necessárias, e possuíam a autonomia de distribuírem os seus recursos internos da forma que julgavam procedente, como pontua essa instrução de Francisco Bernadino Rodrigues Silva, publicada no periódico *A Imprensa*, “as comissões procederão em sua economia interna como melhor lhe parecer distribuindo convenientemente o serviço entre os seus membros, conferenciando-se e reunindo-se na ocasião mais oportuna” (*A imprensa*, 21/08/1877, Noticiário “instruções” p.4).

Contudo, apesar de receber do governo repasses financeiros para a sua manutenção, as Comissões não possuíam condições de atender toda a demanda dos desvalidos, era constante nos jornais da província anúncios, como o exposto seguir, onde as Comissões solicitavam

doações de alimentos, “A COMISSÃO DE SOCORROS desta capital precisando de oito centas quartas de farinha, quinhentas ditas de arroz, duzentas ditas de feijão, duzentas ditas de milho, e de condução de 45 cargas dos mesmos gêneros[...] convida a quem quiser fazer o fornecimento[...]” (A Época, Teresina. 23/08/1877, Anúncios. p.4)

De acordo com Lia Monnielli Feitosa Costa (2015), o ano de 1878 foi um ano problemático para a produção agrícola piauiense, a carência de chuvas acarretou o esgotamento das sementes utilizadas para o plantio, de maneira que o governo provincial decidiu limitar o abastecimento dos núcleos coloniais a apenas o fornecimento de víveres, farinha, carne, e em poucos casos farinha.

É sabido das dificuldades que a administração das Comissões enfrentava para suprir as suas necessidades. É recorrente o envio de requerimentos solicitando mantimentos, principalmente gêneros alimentícios. O excedente de pessoas nos abarracamentos gerava um grande contingente de alimentos e medicamentos, o que por vezes não era suprido pelo governo local.

Pelo vapor “barulheiro [sic] Paranaguá” chegado a este ponto, a 23 do corrente recebemos com ofício do senhor inspetor [ilegível] na fazenda a quantia acima referida de cem conto de reis, e custa lembrar para que a importância de dois contos de reis recebida pela comissão já se acharão [esgotadas e lutara ela com embaraço para ocorrer] as despesas de dia para dia crescente por causa do crescido número de emigrantes conta-se até hoje 2310.

Parte destas estás acomodada em baração que a comissão mandou construir, e outros por falta de agasalho [ilegível] o baração fica pronto no dia 12 do corrente [ilegível].

E divididas em 52 quartas as quais se acham todos ocupados. Despendeu-se com esta obra a importância de 472.40 reis tendo aplicado toda a economia e tido a vantagem de muitos auxílios particulares.

Não é [ilegível] o estado [ilegível] dos emigrantes [ilegível] que é certamente devido os maus tratos por qual vem passando com a emigração exposta ao regime do sol, da fome e de [ilegível], de sorte que chegando tem sido acometidos de febre de diversos caracteres contornando-se [?] alguns casos graves.

O médico doutor Almir José de Araújo, apresentou-se [sic] sempre voluntariamente ao tratamento, porém acaba de retirar-se, e suposto que o outro médico doutor Joaquim Eduardo da Costa Sampaio, continue a apresentar-se, todavia por ser só não pode acudir com pontualidade e promptidão os reclamador [?] emigrantes dentre, os que se acham aquartelados no baração [ilegível] da cidade, porém em grande número dispersos por toda a parte e que muito dificulta o seu tratamento.

Tem sido crescido o receituário de forma que a pequena verba destinada para medicamentos aos pobres são tanto ineficientes.

Depois do que acabamos de expor a vossa excelência pedimos a vossa excelência que se ligue[?] das providencias para que seja a comissão habilitada em tempos com mais dinheiro para contermos [?] as despesas a seu cargo pois quanto a quantia de cem conto de reis dentro em pouco tempo estará esgotada. [O outro fim] a comissão pede nessa a vossa excelência para lembrar em vista da escassez que já temos de gêneros alimentícios pela grande exportação e de já cito a farinha a 100 [reis o litro] e não haver absolutamente feijão, nem milho, nem arroz, que vossa excelência dê suas renderes[?] para que seja entregue a comissão algumas sacas de farinha, arroz e de feijão dos gêneros [?] vindos ultimamente de Pernambuco[...]

(APEPI. Fundo Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondências Recebidas (Requerimentos). Ano: 1876-1889. Caixa sem numeração.)

Apesar de extenso o texto exposto anteriormente é alto explicativo. Demonstra em suas linhas a condição frágil das Comissões. Os repasses do governo eram insuficientes para sanar todas as despesas e muitas vezes era necessário recorrerem a doações de particulares, a fim de tentarem conseguir um mínimo necessário para manterem os migrantes vivos, já que o bem-estar desses indivíduos não era o foco. Além da carência de alimentos e agasalhos, os repasses para a compra de medicamentos também eram insuficientes, o que aliado as condições higiênicas precárias dos abarracamentos, tornava a vida dos acolhidos ainda mais difícil, e por vezes levavam a proliferação rápida de doenças.

Mesmo não tendo sido atingida pela as perniciosidades da grande seca em seu primeiro ano, Teresina foi sendo malucada pelas dificuldades oriundas da migração e consequente aumento populacional, que alterou, principalmente o funcionamento do centro urbano, levando as autoridades a colocarem em prática medidas assistenciais para afastar os desvalidos das ruas da capital, por mais que essas medidas não resolvessem a problemática dos migrantes, servia como uma “maquiagem” para encobrir a realidade, alimentando o imaginário elitista da época.

As Comissões apesar de terem um pequeno alcance e não possuírem condições de assistir a toda a população migrante que se encontrava em Teresina se configuraram como importantes meios de assistir a pobreza e, principalmente de manutenção de uma lógica social que pormenorizava os desvalidos. A situação financeira nos revela que a preocupação do governo não estava pautada, essencialmente, em uma prestação eficaz de assistência, o atendimento precário demonstram a pouca preocupação dos governos em propiciar condições que favorecessem o desenvolvimento humano e financeiro dos indivíduos alvos das medidas assistenciais.

Nesse viés as construções que ficaram conhecidas por abarracamento, aliadas as explorações da força de trabalho se revelam com a “cara” das políticas assistenciais

implementadas pelo governo no triênio da grande seca. Teresina mantinha uma postura progressista frente a onda de modernização que espalhava-se pelo mundo no final do oitocentos e, as medidas de assistir aos desvalidos foram postas em prática como um caminho a ser seguido a fim de nivelar a condição da província, dando vazão a uma imagem de cidade desenvolvida. às demais regiões do país.

2.2 Medidas de controle: O trabalho contra a ociosidade

A existência e presença das Comissões de Socorros foram importantes para manter o imaginário social em torno de determinados comportamentos sociais. Um desses comportamentos que nos chama atenção nas documentações utilizadas, é em relação ao trabalho. Sabemos que durante o século XIX a moralidade está intrinsecamente relacionada ao trabalho, a desempenhar uma função, manter-se ocupado.

Na legislação e no meio social eram presentes discursos que pediam a proibição da vadiagem, característica que estava ligada a classe social que o indivíduo ocupava. É presente nas fontes utilizadas o discurso de emprego dos migrantes nas construções de obras públicas, enxergamos essas narrativas de forma heterogênea, pois atribuímos a elas múltiplos significados.

Primeiro, como já sabemos, essas medidas de socorro, e principalmente o emprego dos migrantes nas obras públicas são ações que carregam em si um interesse para além da caridade. Funcionando como uma moeda de troca, os migrantes trabalhavam, na maioria das vezes, por gêneros alimentícios que serviriam para alimento próprio e de sua família. Os açudes, construções para o reservatório de água, representaram um grande número das obras empreendidas pelos governos, teoricamente amparariam os sertanejos nos momentos de seca, entretanto, eram construídas dentro dos limites de grandes fazendas de gado, de forma que traziam mais benefícios para os fazendeiros, ou seja, a elite, do que para aqueles que mais sofriam com a estiagem, os sertanejos e migrantes.

Notamos que o emprego dos migrantes favorecia a manutenção de uma estética social nas cidades. Os pobres nesse contexto, carregavam o estereótipo de classe perigosa, os flagelos da sociedade, que viviam vagando pela província, provocando tumultos, realizando pequenos furtos ou atraídos pela caridade, mendigando pelas ruas das vilas. Desta forma, a construção dessas obras e o emprego dos pobres e migrantes afastariam esses indivíduos dos centros urbanos, contribuindo para a criação de uma cidade desenvolvida aos moldes das cidades da Europa.

No imaginário e desejo da sociedade teresinense e governo provincial havia a ambição da construção de uma cidade progressista e civilizada, sem rastro de miséria. Desse desejo nasce a necessidade de retirar os desvalidos das ruas e alocá-los em locais onde pudessem ser aproveitados de maneira conveniente. Explorar a força de trabalho desses sujeitos foi a medida posta em prática, assim um discurso em torno da moralidade presente no ato laboral começou a ser disseminado. Na visão das elites e do governo, o trabalho era um ponto primordial para assegurar a moralidade dos indivíduos, quanto mais dedicação a um ofício, maiores são os atributos morais que estes possuem. Para reforçar esta ideia, as obras públicas eram desenvolvidas com o intuito de empregar a maior quantidade de migrantes possível, promovendo dessa forma uma oportunidade para os desvalidos de manutenção da moral.

[...] comunicamos a vossa excelência que já estão sendo empregados no aterro [de nome] baixão [este sendo] principal da cidade [ilegível] as enchentes do rio que é obra de grande utilidade. Vossa excelência levando em consideração resolverá como julgar [ilegível].

Levamos exposto e a comissão aguarda as [ilegível] de vossa excelência, em cujo desempenho empregará toda a localidade.

Ilustríssimo excelentíssimo senhor doutor Francisco Bernadino Rodrigues da Silva.

Mui digníssimo presidente desta província.

<ilegível>

<Claro Ferreira Carvalho Gonçalves Lima>

APEPI. Fundo Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondências Recebidas (Requerimentos). Ano: 1876-1889. Caixa sem numeração.)

É necessário observar que é presente nas cartas o comunicado que já está sendo empregado em um “aterro” alguns migrantes, e que há a intenção de empregar mais, até que todos da localidade estejam engajados nessa obra. Em algumas cartas há explicitamente a justificativa que o emprego dos migrantes nessas obras se daria para evitar os vícios da ociosidade. As investidas governamentais de socorro indireta nos revelam uma face exploradora e pouco preocupada com os infortúnios da seca. As ações governamentais nos parecem esconder um desejo de exploração, ao invés do governo planejar e aplicar medidas preventivas que colaborassem com o enfrentamento das adversidades advindas com a estiagem, preferiu fazer da seca um fenômeno social, tirando vantagem dos desvalidos, explorando-os nas obras públicas.

Um termo digno de nossa atenção e que vale a tentativa de tentá-lo entender, é o sentido dado a ociosidade. O termo aparece em nossas fontes como uma expressão, os “vícios da ociosidade”, que deveriam ser evitados, já que eram vistos como comportamentos viciosos e

que acarretaria danos para a sociedade. O sentido aplicado e utilizado por nós, nesta pesquisa, para caracterizar um ocioso, é aquele formulado por Sidney Chaloub (1983).

O ocioso é um pervertido, um viciado que representa uma ameaça à moral e aos bons costumes. Um indivíduo ocioso é um indivíduo sem educação moral, pois não tem noção de responsabilidade, não tem interesse em produzir o bem comum e nem possui respeito pela propriedade. Sendo assim, a ociosidade é um estado de depravação de costumes que acaba levando o indivíduo a cometer verdadeiros crimes contra a propriedade e a segurança individual. (CHALOUB, 1983. p.61)

Em nossas fontes o termo aparece repetidas vezes sendo utilizado, segundo o nosso entendimento, para justificar o emprego dos migrantes nas obras públicas, e até mesmo as condições precárias e cargas exaustivas que estavam submetidos, uma vez que o discurso dominante era pautado na defesa de que o trabalho era o elemento ordenador da sociedade, definidor da moralidade. O que antes era atividade de homens escravizados, tornara-se agora uma atividade dignificante. Afirmação que respaldamos na seguinte nota de Francisco Bernadino Rodrigues, presidente provincial, em 21 de agosto de 1877, no jornal *A Imprensa*, “como medida salutar a bem da manutenção da moralidade e da boa ordem, convem que as comissões convidem os emigrantes ao trabalho nas obras de reconhecida utilidade pública em projecto ou andamento, a fim de prevenir os máos efeitos da ociosidade”.

Afirmando o comunicado citado acima, trazemos o trecho de uma das nossas fontes que expõe justamente a orientação que o governo provincial emitia a organização das Comissões de Socorros Públicos. O emprego dos migrantes nas obras públicas seguia a lógica elitista de construção de uma cidade desenvolvida, sem a mácula da ociosidade.

*Ilustríssimo excelentíssimo senhor
Temos a honra de acusar o recebimento do officio de vossa excelência Nº 343 de 15 do corrente ano em que comunicou a esta comissão que naquela data mandaram para a sua disposição, na [ilegível] de farinha, mais a quantia de cem conto de reis, e recomendava que a comissão empregasse em obras de utilidade pública os emigrantes mantidos por conta do governo, a fim de prevenir os péssimos efeitos da ociosidade[...]*

(APEPI. Fundo Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondências Recebidas (Requerimentos). Ano: 1876-1889. Caixa sem numeração.)

É possível notar que as diversas investidas do governo em proporcionar assistência aos migrantes eram permeadas de segundas intenções e partiam de interesses econômicos, e por consequência o enriquecimento e exploração da elite sobre os desvalidos. As políticas de assistência se encaixam em um molde patriarcal, que tende a oscilar entre a caridade e a, disciplina e controle dos corpos.

O emprego nas obras públicas carrega um caráter disciplinador e mantedor da ordem, tinha-se a visão que a simples distribuição de alimentos e demais assistências favorecia o desenvolvimento da ociosidade entre os assistidos.

A caridade oficial não deixa de oferecer graves inconvenientes. Os individuos habituam se a viver da ração que lhe é ministrada, aos socorros que lhes são distribados, contentam-se com esse pouco, e deixam-se na ociosidade; a energias moraes se abatem, os costumes se pervetem, as inclinações se preparam, se encaminham para a pratica de crimes e elles vão já apparecendo em varias provincias. (A IMPRENSA, 30/08/1879.p. 3)

A simples distribuição de alimentos ou a prestação de serviços médicos aos desvalidos causariam, na visão da elite e governo local, uma habitualidade a receber assistência, alimentando nos assistidos um comportamento ocioso. Pois estariam reféns do pouco que recebiam de graça e não buscariam meios de dignificar a moral.

Os manuscritos nos revelam que os termos ociosidade e trabalho foram sendo implementados nos discursos elitistas na tentativa de controlar os indivíduos, principalmente aqueles que viviam pelas ruas de Teresina. As narrativas em torno desses sujeitos os caracterizavam como perigosos e importunadores da ordem. Sendo o trabalho o que estabeleceria a boa conduta e traria dignidade a estes indivíduos, a atuação das Comissões de Socorros Públicos pautaram, sobretudo, na inserção dos migrantes nas construções públicas, que possuíam um caráter ambíguo de exploração e assistência.

Fica perceptível nas análises das fontes a preocupação mantida pelas autoridades em impedir o que eles chamam de “vícios da ociosidade”, ato praticado, de acordo com o que nos conta, pelos migrantes, que era visto com má olhos pela elite local, pois seriam a porta de entrada para cometerem pequenos delitos, uma vez que de acordo com Sidney Chalhoub (1986), a moralidade estava intrinsicamente ligada ao trabalho, ou seja, quanto mais o indivíduo exerce um trabalho mais atributos morais ele possuía, assim como o contrário o fazia desprovido de senso de moralidade.

Esse discurso favorecia a implantação de um regime de trabalho altamente exploratório, que colocavam os trabalhadores migrantes em uma relação de exploração, péssimas condições de trabalho, além da baixa remuneração. Mais tarde em 1890, o código penal brasileiro atribuiu em seu capítulo XII – Dos Vadios e Capoeiras, punição para os que praticassem a ociosidade, o que podemos julgar que favoreceu ainda mais a submissão dos pobres e migrantes ao jugo exploratório da elite.

As petições aqui trabalhadas detêm de um caráter social, pois possuem um potencial de descrever as dificuldades presentes no cotidiano dos sertanejos e o papel da Comissão de Socorros, oferecendo a possibilidade de se compreender como se dava o processo de assistencialismo. Em suas linhas, essas narrativas tratam de pedidos de alimentos, feijão, arroz, farinha e milho ao Presidente e, posterior envio aos migrantes; do envio de ambulâncias, medicamentos e médicos para o socorro dos migrantes nas vilas mais necessitadas.

A partir da análise das cartas transcritas, observa-se que a assistência prestada pelo governo era insuficiente, os migrantes passavam pela carência de viveres, além de serem acometidos pelas epidemias e terem que conviverem com a carência de atendimento médico. Fica notável também a problemática da assistência médica, onde o número de médicos era insuficiente para atender a todos e a medicação enviada pelo governo era de número reduzido, sendo insuficiente para o tratamento dos sertanejos.

É interessante olharmos para essa narrativa construída em torno do trabalho lançando um olhar mais aguçado sobre as implicações que este discurso denota na vida cotidiana dos migrantes, refletindo de modo indubitável na elaboração de práticas de resistência encabeçadas por mulheres. Toda essa relação de exploração e más condições nas frentes de trabalho foram motivos preponderantes para as investidas do clamor feminino, visto que as medidas assistenciais implantadas pelo governo eram insuficientes para sanar as necessidades dos sertanejos, que lutavam diariamente para ultrapassarem os seus limites físicos em busca de sobrevivência, as mulheres tomaram a frente da situação e passaram a utilizar as situações cotidianas a seu favor.

CAPÍTULO III

A PINCELADA FINAL: AS MÃES DA SECA E A RESISTÊNCIA FRENTE ÀS EXPLORAÇÕES DA ELITE.

A discussão aqui proposta se enquadra na perspectiva de uma análise de gênero, porque buscamos discutir uma história das mulheres, dando ênfase a um grupo específico, as mães da seca. Mulheres que viviam no Piauí oitocentista e se encontravam sob um padrão social excludente que privilegiava a figura masculina, as enxergando apenas no âmbito familiar, sendo as responsáveis pelo cuidado da casa e da família, essas mulheres tiveram que se reinventarem em busca de sobrevivência. Utilizando da luta cotidiana e dos jogos de gêneros, as mães da seca trouxeram um olhar mais sensível das autoridades locais para as dificuldades enfrentadas pelos sertanejos, de modo especial aqueles que viviam na província do Piauí entre 1877 a 1879.

Diante do que é proposto na escrita deste trabalho, se faz necessário uma abordagem acerca do gênero como uma categoria útil de análise, para entendermos a relevância dessa perspectiva histórica para a presente pesquisa. Assim, o conceito de gênero aqui adotado é o da historiadora norte- americana Joan Scott:

Minha definição de gênero tem duas partes e diversas subconjuntos, que estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. (SCOTT, 1995. p.86)

Neste viés, o gênero se configura como corrente teórica fundamental para essa pesquisa porque nos revela a percepção de que as relações entre homens e mulheres são desiguais e permeadas por uma hierarquização que delimita o local e atribuições ocupado por homens e mulheres. A utilização do gênero nessa pesquisa nos permitirá esclarecer como o fenômeno da seca afetou a relação de dependência da mulher em detrimento do homem.

Quando falamos em gênero tendemos a pensar apenas numa história das mulheres, ou numa problematização em torno das relações entre homens e mulheres, mas o que não levamos em conta é a gama de significações que este termo envolve, e de sobremaneira os sentidos aplicados a ele que podem e devem ser historicizados. Para além de uma categoria que irá dar ênfase em uma história das mulheres, as discussões de gênero são úteis também para se entender a hierarquização social e as desigualdades entre os gêneros, as problemáticas em torno das relações dos homens entre si, bem como na forma como as próprias mulheres interagem dentro do seu grupo.

O gênero enfrentou uma trajetória difícil até conseguir se estabelecer como uma categoria de análise que merecesse atenção, principalmente no campo historiográfico que tardou a utilizar as relações de gênero como campo de pesquisa, em grande medida pelo “domínio do campo por determinadas perspectivas de abordagem [...] Grande parte desse retardo se deveu ao caráter universal atribuído ao sujeito da história, representado pela categoria ‘homem’.” (SOITHE, 2007. P. 284). Por conseguinte, pensava-se que ao abordar a categoria ‘homem’ as mulheres estariam também sendo historicizadas.

Como ponto de partida para a mudança dessa perspectiva, surge a nova história representada por Marc Bloch e Lucien Febvre, que conduziram o interesse do campo historiográfico para uma visão da história vista de baixo, ou seja, o foco de análise preocupava-se em mostrar as narrativas das pessoas comuns, deixando de lado a visão de cima oferecida pela história tradicional, na qual suas narrativas se concentravam nos grandes feitos dos grandes homens, trazendo dessa forma uma maior possibilidade de estudo da vida e opiniões de pessoas comuns, voltando assim seu olhar para todas as faces da história.

Com a incorporação do gênero como categoria de análise, tem-se procurado demonstrar que o comportamento ou os valores que são aceitos em uma sociedade num certo momento histórico, podem ser rejeitados em outras formas de organização social ou em outros períodos. Assim, destacar as diferenças a partir do reconhecimento de que a realidade histórica é social e culturalmente constituída tornou-se um pressuposto do pesquisador que procura incorporar essa categoria, permitindo perceber a existência de processos históricos diferentes e simultâneos, bem como abrir um leque de possibilidades de focos de análise. [...]. (MATOS, 2000. p.25)

Tecer um olhar sobre as condições femininas nos oitocentos a partir de um conceito de gênero, nos permite enxergar as diversas possibilidades de discurso, bem como as amplas significações que as ações femininas carregam. No Brasil oitocentista as mulheres estavam colocadas sob o jugo patriarcal, não detinham direitos e suas vivências se davam essencialmente no âmbito privado, restritas ao cuidado com a casa e a família. O sistema patriarcal imposto durante anos normatizou a ausência feminina no âmbito público oportunizando uma dinâmica social que privilegiava aos homens, colocando-os em um local de forte poder.

A responsabilidade de prover o sustento familiar era essencialmente do homem, não cabendo a mulher competir com o sexo oposto no âmbito do trabalho; “A mulher como mãe veio a ocupar um lugar fundamental na configuração desse novo espaço familiar, centrado no campo do afeto, dos sentimentos e do amor, fechado a quatro paredes e dirigido ao marido e aos filhos.” (COSTA, 2007. P. 38). Neste sentido havia uma definida divisão de atividades,

enquanto ao homem era atribuído o trabalho e o sustento da família produzindo, ou vendendo sua força de trabalho para atender as necessidades da sua família, de modo especial, fornecer gêneros alimentícios. Para a mulher era consentido o cuidado com a casa, a educação dos filhos, e a divisão dos alimentos entre os membros da família.

Pontuado o contexto social vivenciados por mulheres no recorte temporal aqui trabalhado, cabe a nós indagarmos quais foram os mecanismos de resistência postos em prática por essas mulheres que não possuíam espaço e nem garantias na sociedade que pudessem lhes assistir no momento de estiagem, se as mazelas sociais oriundas da seca causavam uma desestruturação na figura masculina que se viam entre poucas alternativas de sobrevivência, para as mulheres a problemática advinda com a estiagem era intensificada, sendo ainda mais problemáticas quando estas se deparam com uma realidade solitária, visto a ausência de seus provedores em decorrência das migrações.

O contexto da seca é cruel com todos que com ela tem contato, vítima mulheres, homens e crianças, independente da classe social seus reflexos são sentidos por todos. No entanto, as relações desiguais de gênero já estabelecidas se configuram como ponto crucial no envolvimento com este fenômeno social, principalmente quando nos debruçamos sobre o estudo das classes mais pobres. Ao se tratar da seca, essa relação díspar se torna ainda mais intensa. Obtém como resultado a saída do sertão em busca de melhores condições, em especial os homens, pais de família, mas para além das dificuldades ocasionadas pela migração, os que ficam também sofrem; com o êxodo masculino ficava a cargo das mulheres o cuidado com a família.

Dentro desse contexto, o gênero torna-se categoria de análise fundamental para pensar as memórias das mulheres e, por seu intermédio, a ação destas perante as adversidades sociais e econômicas. A noção teórica de Joan Scott,¹¹ me parece apropriada para pensar o papel das “mães da seca”, uma vez que a autora entende o gênero como elemento integrante das relações sociais, pautado nas diferenças percebidas entre os sexos, como também uma forma de revelar as relações de poderes. O que Scott busca compreender é a forma como são construídos os significados culturais para as diferenças entre os sexos, diferenças segundo ela que são inegáveis, mas é a partir das significações e discursos atribuídos a essas diferenças que se constituem as relações hierárquicas.

3.1. As Mães da Seca: o clamor e a caridade como tática de sobrevivência

¹¹ SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995.

A seca trouxe visibilidade para a região vitimada por ela, abrindo lugar para uma visão mais aguçada para as explorações que os sertanejos sofriam nas frentes de trabalho. Estes passaram a se enxergar como sujeitos explorados o que favoreceu a organização da população em prol de cobrar aos governantes medidas que fossem facilitar a convivência com os infortúnios da seca.

A situação feminina nesse contexto ganha destaque nesta pesquisa, pois apesar de serem o maior número dentro dos abarracamentos administrados pelas Comissões de Socorros Públicos, elas não eram alvo de políticas específicas. As mesmas medidas tomadas para evitar os vícios da ociosidade empregando os migrantes do sexo masculino eram também tomadas, em menor escala, para empregar mulheres e crianças, o que causava um descontentamento entre os sertanejos, que queriam manter nos núcleos de trabalho a mesma dinâmica estabelecida na sociedade, ou seja, as mulheres deveriam se encarregar das funções domésticas e criação dos filhos, enquanto os homens proveriam o sustento da família através da sua força de trabalho.

Mesmo com o descontentamento, principalmente dos homens, que por vezes geravam atritos, necessitando até mesmo de força policial, as mulheres e crianças eram constantemente colocadas e exploradas nas frentes de trabalho. O emprego feminino e infantil se dava não apenas pela necessidade de mãos de obras para a construção das construções públicas, mas para gerarem lucro, uma vez que essas obras favoreciam bem mais os grandes proprietários de terras em favor dos desvalidos.

Postas sobre um contexto patriarcal onde deveriam seguir um modelo social imposto a elas desde o nascimento, as mulheres viam-se na necessidade de construir meios de resistência e sobrevivência em um ambiente que não teciam um olhar especial sobre elas. A conjuntura social de miséria, desemprego, fome, epidemias e mortes trazida pela seca, favoreceu o surgimento de uma nova dinâmica familiar, onde, na ausência dos seus provedores, em sua maioria os seus maridos, as mulheres tomaram para si a responsabilidade de proverem o seu próprio sustento e o sustento familiar.

O papel feminino nos oitocentos estava colocado sob um padrão social que as excluía da vida pública, sem uma participação significativa nas decisões e atividades sociais. Dado a iminência da seca essa realidade era ainda mais intensificada. As mulheres seguiam os seus provedores na estrada da migração e tinham que se submeterem às condições precárias de sobrevivência nos abarracamentos e as cargas exaustivas e exploratórias nas frentes de trabalho.

Diante o contexto social em que as mulheres estavam postas, as suas ações de resistência contra o sistema de exploração sertaneja transvestida de assistencialismo, eram distintas daquelas praticadas pelos homens, e conseqüentemente o comportamento repressivo em torno dessas ações era mais branda. Dessa forma, podemos elucidar que essas petições enviadas pelas “mães da seca” pudessem ter o intuito de exercer uma pressão mais direta nas autoridades.

Os documentos trabalhados reúnem petições enviadas à rogo, de 1876 a 1879, aos presidentes provinciais, que tratam de auxílio às mães das secas, suas principais necessidades, solicitando amparo para si e sua família. Eram mulheres viúvas que enfrentavam sozinhas as dificuldades da seca, em que os maridos haviam partido em migração para regiões que lhes trouxessem mais oportunidades de sobrevivência. Mulheres, mães, casadas ou viúvas, que criaram mecanismos de sobrevivência em meio aos obstáculos trazidos com a longa seca. Estas, em sua maioria, haviam sido deixadas pelos maridos ou viúvas que optaram pelo clamor e caridade, enviavam para as autoridades provinciais cartas que continham informações sobre o seu estado e as suas necessidades principais. Este foi um meio frequentemente utilizado para suprir a carência mediante as poucas condições de sobrevivência.

Silva (2014) expõe que geralmente o meio encontrado pelas mulheres para conseguirem sustentar-se ao depararem-se com as mazelas da seca e a ausência dos esposos era através da agricultura, no entanto, com a análise e problematização das cartas utilizadas como fonte nessa pesquisa, percebemos outros meios de resistirem nesse cenário. Dessa forma, as leituras realizadas juntamente com as análises das cartas permitem a reconstrução do cenário da seca e de como essas mulheres se relacionavam com ela, construindo maneiras de sobreviverem e resistirem nesse quadro de calamidades.

Além das descrições presentes nas cartas, elas são capazes de nos revelar pontos para além das palavras escritas, abrindo espaço para enxergarmos e entendermos traços das vivências femininas. À exemplo disso temos a informação “escrito à rogo”, que diz respeito a escrita/assinatura da petição por outra pessoa, dado a impossibilidade do requerente de escrever. A escrita a rogo evidência a precariedade na educação sertaneja, e de sobremodo feminina, que não possuíam instrução nem mesmo para escrever às autoridades em busca de auxílio. Vivendo nessa dinâmica excludente, os requerimentos das mães da seca eram escritos pelos membros das Comissões de Socorros Públicos.

As cartas escritas a rogo são uma narrativa descritiva das condições que essas mulheres e suas famílias vivenciavam. Consta além da sua identificação e a quantidade de filhos, a justificativa para a tal ato de clamor, em sua maioria, elas contam que se encontravam sozinhas,

pois os seus maridos haviam saído em migração e por onde passam só encontravam mais seca e miséria, ou por serem viúvas; trazem nos seus escritos as principais necessidades.

*Ilustríssimos senhores membros da comissão de socorros públicos
Diz Francisca Maria da Conceição, casada, com quatro filhos, e seu
marido que a mais de quatro meses [ilegível] em viagem para a Barra
do Corda na província do Maranhão, e que na procura se defronta mais
fome e imigração da quais são vitimas com suas familias [?] por isso
vem pedir a vossa excelência que atuando [ilegível] fornecela de
cereau [sic] e fazendo, pelo que se tem destinado aos imigrantes.*

Nestes termos

E. R. M^a

Theresina 2 de maio de 1878

A rogo da [ilegível]

*(APEPI. Fundo Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros.
Subsérie: Correspondências Recebidas (Requerimentos). Ano: 1876-
1889. Caixa sem numeração.)*

A carta em questão retrata uma realidade recorrente na vida das mulheres desvalidas de Teresina, a miséria, a fome, e o abandono do marido que migrava entre as regiões próximas a procura, principalmente de emprego, para enfim poder sustentar a sua família novamente. As artimanhas utilizadas para que estes requerimentos tenham uma resposta positiva, é demonstrar as carências principais que as famílias estão vivendo. De maneira geral, a principal necessidade pontuada é a de gêneros alimentícios, que pelo longo período de estiagem tinham a sua produção prejudicada, bem como havia a superfaturação dos preços daqueles alimentos que chegavam à capital vindos de outras províncias.

Na carta a seguir, a requerente coloca em prática, de forma inconsciente, o jogo de gênero. Utiliza a palavra pudor como um modo de sensibilizar o receptor, trazendo uma imagem de maior infortúnio, uma vez que o pudor era, conforme os padrões normativos dos oitocentos, um ponto definidor da moral feminina.

*Ilustríssimo senhor membro da comissão de socorros de theresina
[ilegível] Theresina, 2 de abril de 1877*

*Dis [sic] Maria Francisca de Paula viúva mãe de 7 filhos sendo 5 filhos
mossas [sic] que tendo ficado reduzido no ultimo extremo[sic] de
miseria, proveniente da seca que flagelou sua [ilegível] provincia,
requer a vossas excelência, que se degnina [sic], socorrella [sic] com
o fato da caridade do estado, com a roupa indispençavel [sic] para
guardar o pudor [...]*

*(APEPI. Fundo Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros.
Subsérie: Correspondências Recebidas (Requerimentos). Ano: 1876-
1889. Caixa sem numeração.)*

O teor apelativo das cartas é evidenciado pelas justificativas ao pedir determinadas ajudas, a exemplo, na carta citada acima a requerente pede roupas justificando que é algo

necessário para proteger o pudor, principalmente feminino, visto que a requerente possui 5 filhas mulheres e que, portanto, pelo padrão normativo da época deveriam estar vestidas adequadamente. Seguindo a lógica social da época “o modelo de feminino que deveria ser seguido era o do recato, podendo exibir-se somente para o marido [...]” (SILVEIRA, 2020. p.178.). Desta forma, as Mães da Seca utilizavam o jogo de gênero interpretando as protetoras do lar e da moral, uma vez que a imagem de subordinadas e indefesas poderiam gerar nas autoridades uma maior comoção.

Nas narrativas é sempre presente a quantidade de filhos que a família possuía. Tal informação, deduzimos, está presente nas cartas como mais um meio argumentativo na luta por atendimento às súplicas. De modo geral, as famílias eram grandes com uma quantidade significativa de filhos, que além de sofrem com a migração, e as poucas condições de sobrevivência em decorrência da seca, eram muitas vezes submetidos à exploração nas frentes de trabalho. Nesse sentido, as cartas para além de uma maneira de conseguir subsídios para a sobrevivência de sua família, funcionavam como um meio de evitar e até mesmo fugir das explorações.

É digno de nossa atenção o comportamento de ambos os sexos frente as mazelas trazidas pela seca. O homem enquanto provedor do sustento familiar, ao perceber que não consegue com a sua força de trabalho trazer para a sua família o necessário para a sobrevivência, assume uma postura de desânimo, sente-se constrangido por não cumprir a obrigação que socialmente lhes é imposto. Postura oposta é observada nas figuras femininas, que mantendo-se ávidas, buscam impulsionar o marido a prosseguir, reinventando-se na luta pela sobrevivência.

o homem, de um modo geral, demonstra sentimento de “impotência e apenas tenta se justificar dizendo que “não tenho de onde tirar”... “não encontro pra quem trabalhar”... e devolve o problema para a mulher, dando-lhe mais uma tarefa: a de pensar sobre o que ele deve fazer. Este Sé um tipo de situação que deixa o homem um tanto desmoralizado diante da família e com a auto-estima em baixa. (FISCHER; ALBURQUEQUE. 2002, p. 07)

Nessa lógica a mulher assume papel primordial na manutenção do laço familiar, agindo como elo que contribui para manter a família, empenhando-se para irem em direção contrária os infortúnios do grande fenômeno social. Artimanhas são postas em prática a fim de ultrapassem o longo período de seca.

Utilizando o conceito de jogo de gênero, explicitado anteriormente, nos possibilita levantar a hipótese que esses relatos seriam também uma maneira de sensibilização do poder público, não que essas mulheres não passassem necessidades e dificuldades, mas poderia ser

que os relatos não contassem toda a realidade vivenciada por elas. O conceito de jogo de gênero consiste basicamente em utilizar os padrões sociais que te colocam em um local de subalternidade em seu favor próprio, assim as mães da seca utilizavam a falta de políticas de assistência próprias para as mulheres, as condições sociais e de trabalho que vivenciavam para conseguirem um retorno positivo para os seus requerimentos e petições.

Os apelos das mães da seca ao enviarem as cartas se configura, neste contexto como um ato de resistência. Tomando como base o conceito de resistência cotidiana sertaneja de James Scott (2002), percebemos que essas ações funcionavam como um meio silencioso, uma resistência sutil em prol de ultrapassarem o limite do assistencialismo, que vinha sendo pautado na exploração nas frentes de trabalho. Dessa maneira entendemos as formas cotidianas de resistência camponesa, como a “luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros”. (SCOTT, 2002. p.11)

A resistência cotidiana aqui utilizada, é revelada nas pequenas ações dos desvalidos que iam no caminho oposto a exploração exercida pela elite e, eram postas em práticas nas ações de saques aos depósitos das Comissões de Socorros Públicos, na fuga dos alistamentos militares, e sobretudo, nas cartas escritas à rogo pelas mães da seca. Olhar de perto essas ações nos abre os olhos para conhecer o espaço da micro- resistência camponesa, que nada mais é do que:

[...] qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, deferência) cobradas à essa classe por classes superiores (proprietários de terra, o estado, proprietários de máquinas, agiotas ou empresas de empréstimo de dinheiro) ou avançar suas próprias reivindicações (terra, assistência, respeito) em relação às classes superiores (SCOTT, 2002, p. 24).

As formas cotidianas de resistência se revelam como as principais armas de resistência das classes subalternas, afirmativa que pode ser validada na medida em que compreendemos que essas ações eram individuais, e não precisavam de organização prévia. É um mecanismo que não buscava uma ruptura sistemática imediata, mas tinha por objetivo ganhos imediatos. A resistência camponesa cotidiana remete-se por:

[...] indivíduos ou grupos sem organização formal. Enfrenta situações conjunturais e nelas se esgota. É baseada em discursos ocultos, fofocas e boatos sem autores identificados. A mobilização é espontânea e não se expõem os líderes, indivíduos ou grupos responsáveis pela mobilização. Acontece com o intuito de ganhos imediatos. (PONTES; GUERRA, 2016. p.57)

Olhar criticamente para essas narrativas nos dá a possibilidade de enxergar a força empregada pelos sertanejos para buscarem sobreviver. As mulheres são personagens que embora estivessem colocadas abaixo dos homens na estruturação social tiveram papel importante nas lutas pela sobrevivência, ganhando destaque e dando voz para situações silenciadas pelas elites. A ausência de narrativas masculinas nos inquieta, sendo eles os provedores que detinham a função de prover o sustento e o bem-estar da família, deixar a cargo das mulheres a função de buscar meios assistenciais é de certo modo uma objeção ao padrão social vigente, ou apenas uma maneira mais efetiva de terem as suas súplicas atendidas.

Nessas petições, as requerentes usavam as representações tradicionais do feminino, reforçando-as, a fim de que suas petições fossem atendidas. Mesmo que de forma inconsciente e silenciosa, as artimanhas femininas em busca de auxílio foram substanciais para a sobrevivência de sua família, bem como para o desenvolvimento do interesse e construção de uma história focada nas vivências dessas mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os retirantes, personagens de grande destaque no período de estiagem, foram os responsáveis por alterar significativamente as relações estabelecidas nas cidades. As obras públicas surgiram como medida de impedir a saída dos retirantes que fugiam dos flagelos da seca para os centros urbanos. Essas obras apresentavam uma dualidade quanto a sua funcionalidade, pois além de empregar os necessitados, elas asseguravam a permanência dos sertanejos em seus locais de origem, amenizando a preocupação dos grandes produtores em não terem mão de obra barata quando o período de estiagem cessasse.

No entanto, as ações governamentais eram demoradas e incipientes, eram uma alternativa emergencial que não trazia segurança de melhorias a longo prazo. Aconteciam de sobremaneira quando a seca já se fazia presente e causando impactos negativos na vida da população, não havia ações antecipadas, mas somente quando a seca já estava acontecendo. Assim, entende-se que a crise no período das secas não é apenas uma adversidade vinda puramente do cenário climático, como também do descompromisso dos governantes, que diante de longas estiagens e de consequentes dificuldades, propunham projetos e executavam ações para conter as mazelas trazidas pela seca.

Mesmo com o fim da estiagem, a imagem perpetuada do Nordeste continuou a ser a mesma, a imagem de miséria, morte e seca continua até hoje no imaginário popular. Essa percepção gerada e que ainda se faz presente atualmente é um tanto problemática, uma vez que a seca não é uma condição ininterrupta na região nordeste, mas um fenômeno periódico, e que não deve, portanto, caracterizar uma região tão vasta. No que se refere especificamente a problemática da seca, a estiagem desenhou uma nova configuração na dinâmica da vida sertaneja, ao verem suas pequenas produções serem perdidas e terem que abandonarem os seus locais de origem ao se lançaram em uma estrada arriscada e dificultosa em busca de melhores condições de vida, os migrantes abandonaram muitas vezes mais do que bens materiais, abandonavam a sua família.

Durante os períodos de estiagem, a caridade tornou-se um importante meio de sobrevivência para os desvalidos, as políticas de caridade implantadas pelo governo e apoiada pela elite foi, apesar da sua dualidade importante meio para a sobrevivência dos mais necessitados, mas engana-se quem pensa que os migrantes foram sujeitos que esperavam “passivamente” assistência dos governantes, pelo contrário, organizados exigiram socorros do governo, tornando-se sujeitos ativos em sua história.

Pelas poucas condições sociais e naturais, os migrantes viam-se na necessidade de se submeterem a cargas exaustivas de trabalho com pouca remuneração, sendo essa uma maneira de resistirem aos malefícios da seca e a uma sociedade desigual que enxergava os desvalidos apenas como mão de obra barata. Resistir, neste contexto, é lutar para não ser acometido pela morte.

Podemos perceber que as ações vivenciadas pela província do Piauí frente a grande seca não foram muito díspar daquelas vivenciadas pelas demais províncias do Norte. As Comissões de Socorros representaram a maioria das ações empreendidas pelos governos para assistir à população que necessitava de ajuda. O papel dessas Comissões na organização e execução de obras públicas foram substanciais para a manutenção de uma lógica elitista que enxergava os pobres desvalidos como um empecilho ao ideal de crescimento e modernização. Notadamente, na província do Piauí as comissões sofrem com os poucos investimentos do governo, com a carência de gêneros alimentícios e a falta de médicos para prestar amparo aos migrantes e sertanejos que viviam nos abarracamentos organizados pelas Comissões. A estrutura econômica já precária da província aliada a todas as problemáticas que a grande seca causou, estancou o crescimento.

Os migrantes e sertanejos que viviam na pequena província buscavam se reinventar na tentativa de não serem acometidos pela morte, se submetiam a cargas exaustivas de trabalho na construção de obras públicas, apelavam a caridade popular com ações de mendicância. Nesse contexto, a seca seria muito mais uma problemática existente pelo descaso humano, do que necessariamente um empecilho natural. Podemos afirmar que a tentativa inicial de desenvolvimento econômico da região Norte, através do projeto conhecido por Pompeu Sinúmbu não logrou êxito. As investidas trouxeram para o sertão um quantitativo de bens materiais, obras que serviram para amenizar os infortúnios da seca, mas que não geraram por meio delas uma significativa mudança na economia.

Os manuscritos nos revelam que os termos ociosidade e trabalho foram sendo implementados nos discursos elitistas na tentativa de controlar os indivíduos, principalmente aqueles que viviam pelas ruas de Teresina. As narrativas em torno desses sujeitos os caracterizavam como perigosos e importunadores da ordem. Sendo o trabalho o que estabeleceria a boa conduta e traria dignidade a estes indivíduos, a atuação das Comissões de Socorros Públicos pautaram, sobretudo, na inserção dos migrantes nas construções públicas, que possuíam um caráter ambíguo de exploração e assistência.

Mesmo assim, as medidas emergenciais não eram suficientes para atender toda a demanda dos migrantes, era necessário, portanto, a criação de novos meios de sobrevivência.

Nesse sentido, as mães da seca atuaram como uma nova via de sobrevivência, ao se manifestarem em busca de ajuda, elas conseguiam trazer o olhar das autoridades para os desvalidos.

Segundo Perrot (1998), as mulheres dentro da historiografia vão progressivamente buscando e ganhando espaço, na medida que deixam de serem objetos e passam a tornasse sujeitos, atores sociais presentes nas transformações socioculturais e político-econômicas das sociedades. As mulheres só se tornam alvos primários de uma pesquisa histórica se enxergadas como sujeitos ativas, a partir da desconstrução dos estereótipos criados em torno de uma historiografia feminina, bem como das justificativas falaciosas que permeiam o discurso heteronormativo. Olhar para as ações dessas mulheres nos permite reconhecer o papel de grande importância social, mesmo estando colocadas sob um jugo patriarcal.

As Mães da Seca eram mulheres comuns que colocadas em uma situação extraordinária se lançaram na empreitada de proverem o sustento de sua família. Como o contexto social dos oitocentos não era propício para o desenvolvimento das mulheres no âmbito público, era necessário a busca por alternativas que fossem eficazes na resolução dos problemas, principalmente, a fome.

Para vencerem as adversidades, as mulheres buscaram diferentes maneiras de se relacionarem com a seca, algumas optaram pela agricultura familiar, o que era bem dificultoso visto que a estiagem dificultava o pequeno cultivo de subsistência, outras se entregaram à prostituição pelos becos das vilas e cidades como aponta, Balduino (2010) ou a mendicância, já uma outra parte optou por clamar ao poder público auxílio.

Para além de compreender as características desse fenômeno e suas implicações sociais, é necessário buscar responder questionamentos que reconstrua, em partes, as relações sociais e políticas estabelecidas neste meio, bem como as diferenciações sexuais que permeiam essas relações. Servirá também para colocar as mulheres como sujeitos ativos, que apesar de estarem colocadas em um contexto social que as silenciava, mantinham maneiras próprias de resistirem e atuarem ativamente na sociedade.

Os atos de clamor se tornaram uma terceira via pela busca da sobrevivência, em um ambiente de poucas oportunidades, excludente e pouco desenvolvido, a instauração de uma nova via de sobrevivência se configurava como mais um mecanismo de luta pela existência, bem como uma forma simbólica de resistência.

Olhar para essas ações femininas nos permite observar os meios de resistência cotidianas utilizadas pelos sertanejos, nos revela as táticas de sobrevivência, uma vez que, neste contexto, a luta pela sobrevivência é a forma mais louvável e forte de resistência, não morrer é 57

resistir, principalmente se levarmos em conta que os sertanejos eram vistos apenas como mão de obras baratas e que a sua qualidade de vida não inspirava preocupação para as elites, nem para o governo central e provincial. Analisar a postura adotada pelas Mães da Seca neste triênio de 1877-79, é enxergar a força combativa e resistente das mulheres, que na História sempre foram relegadas a posições subalternas, mas mantiveram comportamentos que feriam os padrões estabelecidos, remavam e remam contra o que imprudentemente lhe é imposto, criando mesmo que silenciosamente vias de resistência.

As Mães da Seca, podemos elucidar, devem ser colocadas na historiografia como personagens primordiais na luta pela sobrevivência no que tange ao cotidiano dos sertanejos teresinenses durante o triênio da grande seca, uma vez que foram responsáveis por manter, em muitas famílias, as condições mínimas de sobrevivência.

REFERÊNCIAS E FONTES

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **As Malvadezas da Identidade**. Fortaleza: NUDOC/UFC, 1996 (Artigo).

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Introdução – **Da terceira margem eu so(u)rrio: sobre história e invenção**. In: _____. História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história. Bauru: EDUSC, 2007.

_____. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. **Cotidiano e Pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina**. Teresina-Piauí: EDUFPI, 2010. 164p.

_____. **O poder e a seca (1877-1879)**. Teresina: UFPI, 1991.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. **Imprensa e fotografia: imagens de pobreza no Ceará entre o final do século XIX e início do século XX**. Proj. História, São Paulo. 2002.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. Zonas de contato no Piauí Oitocentista: rotas de retirantes e escravizados. **Vozes, Pretérito & Devir**. Ano 1, Vol 1, Num.2 (2013)

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 2012.

CALLADO, Antônio. **Os industriais da seca e os Galileus de Pernambuco**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Proletários das secas: arranjos e desarrajos nas fronteiras do trabalho (1877-1919)** / Tyrone Apollo Pontes Cândido. – 2014.

CASTRO NEVES, Federico de. A "capital de um pavoroso reino": Fortaleza e a seca de 1877. **Tempo**, núm. 9, julho, 2000. Universidade Federal Fluminense Niterói, Brasil.

COSTA, Lia Monnielli Feitosa. O Mesquinho pão das mil e uma dificuldades”: Imigrantes, abastecimento e tensões políticas no discurso do jornal piauiense “A Época” (1878). **vozes, pretérito & devir** Ano III, Vol. IV, Nº I (2015). Dossiê Temático: Trabalho e movimentos sociais. ISSN: 2317-1979.

COSTA, Patrícia Ávila. **Da Janela das andorinhas: a experiência da feminilidade em uma comunidade rural**. Patrícia Ávila da Costa; orientadora: Claudia Amorim Garcia. – 2007.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Memórias em disputa e jogos de gênero: O Movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. 2009. 232 f. Tese (Doutorado em História Cultural) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Enxadas e compassos: seca, ciência e trabalho no sertão cearense (1915-1919)**. -- Salvador, 2009.

FISCHER, Izaura Rufino; ALBUQUERQUE, Lígia. **A mulher e a emergência da seca no Nordeste do Brasil**. TRABALHOS PARA DISCUSSÃO. n. 139/2002. Julho · 2002.

GADELHA, Georgina da Silva, Lima, Zilda Maria Menezes. Cortejo de miséria: seca, assistência e mortalidade infantil na segunda metade do século XIX no Ceará. **História e Cultura**, Franca, v. 6, n. 2. 2017.

MATOS, Maria Izilda S. de. **Por uma história da mulher**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

NEVES, Frederico de Castro. Estranhos na Belle Époque: a multidão como sujeitos políticos (Fortaleza, 1877-1915.). **Trajetos**. Revista de História UFC. Fortaleza, vol. 3, nº6, 2005.

PERROT, Michel. **Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RAGAZZINI, Dário. “Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação?”. In: **Educar em revista** n. 18/2001. Curitiba: Editora UFPR, 2001.

SECRETO, María Verónica, 1967- **(Des) medidos: a revolta dos quebra- quilos (1874-1876)**/ María Verónica Secreto. - Rio de Janeiro : Mauad X : FAPERJ, 2011.

SILVA, Laila Pedrosa da. “Somos parte integrante da nação”: o Piauí nas exposições do início do século XX e os debates sobre modernização e integração da região. Rio de Janeiro. s/n.,

2019. Dissertação (Mestrado em História da ciência e da saúde)- Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2019.

SILVA, U. M. Q. **Viúvas da seca: as relações de gênero no sertão**. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH DE PERNAMBUCO. 10. 2014. Petrolina- PE. Anais do Encontro História e contemporaneidade: articulando espaços, construindo conhecimentos: X Encontro Estadual de História da ANPUH de Pernambuco. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2017.589 p. 539-556.

SILVEIRA, Mona Ayala Saraiva da. **As relações familiares e o matrimônio no Piauí oitocentista**. IN: Páginas da História do Piauí colonial e provincial / organizadora, Nilsângela Cardoso Lima – Teresina: EDUFPI, 2020. 278 p.

SOUZA, José Weyne Freitas. Secas e socorros públicos no Ceará doença, pobreza e violência (1877-1932). **Projeto História**, São Paulo, n. 52, 178 pp. 178-219, Jan.-Abr. 2015

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995.

SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300 - 2007. 60

FONTES:

PETIÇÕES E REQUERIMENTOS

APEPI. Fundo Palácio do Governo. Série: Comissão de Socorros. Subsérie: Correspondências Recebidas (Requerimentos). Ano: 1876-1889. Caixa sem numeração.

JORNAIS

Oitenta E Nove. 1874 . “Dados Estatísticos” 24/04/1874

A Imprensa, 30/08/1879. Discurso Pronunciado Na Sessão De 18/07/1877, Pelo Sr. Paranaguá.

A Epóca, Teresina. 23/08/1877.

O Piauhy. 1877.